

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Anderson de Souza Bueno de Oliveira

**A QUESTÃO GÊNERO NO CURRÍCULO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE
EDUCAÇÃO FÍSICA**

GOIÂNIA

2016.

Anderson de Souza Bueno de Oliveira

**A QUESTÃO GÊNERO NO CURRÍCULO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE
EDUCAÇÃO FÍSICA**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás como requisito para finalização do curso de Licenciatura em Educação Física

Orientadora: Prof. Esp. Hemanuelle Di Lara Siqueira Jacob

**GOIÂNIA
2016.**

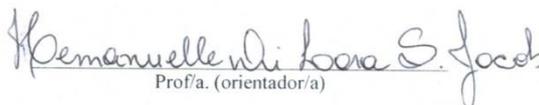
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**A QUESTÃO GÊNERO NO CURRÍCULO DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Trabalho apresentado para obtenção do título de
Licenciado em Educação Física pela
Universidade Federal de Goiás, sob orientação
da professora Esp. Hemanuelle Di Lara Siqueira
Jacob.

Esta Monografia foi revisada após a defesa em banca e está aprovada.

Goiânia, 3 de março de 2016


Prof/a. (orientador/a)

Dedico esse trabalho primeiramente a minha filha Sophia, que me deu perseverança para trilhar um caminho em direção ao conhecimento, a minha esposa que me deu base, apoio e condições de chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha esposa Camilla que sempre me apoiou em tudo que foi preciso para que eu tivesse condições de realizar um bom trabalho durante toda a minha graduação.

Agradeço a minha filha Sophia que hoje é minha razão de sempre seguir adiante.

Agradeço a minha orientadora, Hemanuelle Di Lara Siqueira Jacob, pela contribuição dada à realização do trabalho, e pela paciência para lidar com as tensões provenientes da construção do trabalho.

Agradeço a minha mãe por sempre ter me incentivado a estudar, mesmo nos momentos em que pensei em desistir.

Agradeço aos integrantes do La'Marca pois sem a ajuda de todos eu não teria conseguido.

Estou mais do que nunca influenciado pela convicção de que a igualdade social é a única base da felicidade humana.

Nelson Mandela

RESUMO

Os debates sobre as relações de Gênero têm gerado impasses desde novembro de 2014 quando foi iniciada a construção dos Planos Municipais e Estaduais de Educação que estarão vigorando nos próximos dez anos. Pensando na importância desse debate para a formação e emancipação humana, realizamos um Estudo de Caso que teve por objetivo principal identificar, analisar e compreender quais as concepções de Gênero presentes na proposta curricular do curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação Física e Dança – FEFD; assim como, analisar os discursos e conteúdos das professoras que trabalham com esta temática a partir do Plano de Ensino. Os instrumentos de coleta de dados foram análises do Projeto Político Curricular- PPC do curso onde pudemos identificar quais disciplinas trabalham com as questões de Gênero. A partir disso identificamos duas disciplinas, Antropologia do Corpo sendo esta da grade permanente do curso e uma disciplina de Núcleo Livre, Gênero, Sexualidade e Prática Pedagógica. Após a análise dos planos de ensino de cada disciplina realizamos entrevistas semiestruturadas com o objetivo de identificar a concepção de Gênero trabalhada pelas professoras. Após a investigação concluímos que ainda falta envolvimento das demais disciplinas com o tema, já que apenas uma da grade curricular permanente declara fazer esse debate no Plano de Ensino e apesar de ser um curso de formação de professores que faz um debate crítico à atual organização da sociedade, percebemos ao analisar o PPC pouco envolvimento teórico com as relações de Gênero.

Palavras-chave: Educação Física; Gênero; Currículo e Formação de Professores.

ABSTRACT

The debate on gender relations has led to impasses since November 2014 when it was triggered the construction of the Municipal and State Education Plans that will be in force for the next ten years. Given the importance of this debate for training and human emancipation, we conducted a case study that had as main objective to identify, analyze and understand what gender conceptions present in the proposed curriculum of the Bachelor's Degree in Physical Education of the Faculty of Physical Education and Dance - FEFD; as well as analyze the speeches and content of the teachers who work with this theme from the Education Plan. The data collection instruments were analyzes of the Political Project Curricular- course PPC where we could identify which disciplines work with gender issues. From this we have identified two disciplines, Body Anthropology and this is the permanent grade of the course and a course on Free Center; Gender, Sexuality and Teaching Practice. After analyzing the teaching plans for each subject we conducted pre-structured in order to identify the concept of Gender crafted by the teachers interviews. After the investigation concluded still lack involvement of other disciplines on the theme, as only a continuing curriculum states make the debate on the Education Plan and despite being a course of teacher training that makes a critical debate professional practice to model today's society, we realized when analyzing the PPC perceive little theoretical detachment with gender relations

Keywords: Physical Education; Gender; Curriculum and Teacher Education.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| CAPÍTULO I: As Relações de Gênero da Mulher na Sociedade..... | 16 |
| 1.1 – O papel da mulher na sociedade..... | 16 |
| 1.2 – Gênero e seu sentido na sociedade de classes..... | 23 |
| 1.3 – Gênero: uma categoria de intervenção no currículo do ensino superior..... | 27 |
| | |
| CAPÍTULO II - INVESTIGANDO A CATEGORIA GÊNERO NO CURRÍCULO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA..... | 38 |
| 2.1 – O Projeto Político Curricular: Da Crítica ao Silenciamento..... | 38 |
| 2.2 – Identificando o Gênero nos Planos de Ensino..... | 46 |
| 2.3 – A escuta das formadoras e suas diferentes concepções | 49 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 55 |
| REFERÊNCIAS..... | 58 |
| APÊNDICES..... | 60 |
| ANEXOS..... | 62 |

INTRODUÇÃO

A constante transformação da sociedade como também o avanço nos estudos e ações políticas sobre as relações de gênero possibilitou trazer para dentro dos cursos de formação de professores o debate deste enquanto conteúdos, objetivos e expectativas de aprendizagem. Dentre vários fatores que influenciaram essa limitação do debate tanto na sociedade quanto no meio acadêmico podemos ressaltar o cristianismo como sendo um dos principais, encabeçando essa lista, no qual a mulher cumpre um papel de submissão à figura masculina.

Não podemos negar que essa mudança relacionada ao preconceito e a violência contra a mulher é processual e lenta, ela pode ser observada em escritas antigas, em músicas, nas mais diferentes formas de manifestações. Já na antiguidade o pensador ¹Platão disse que “os homens covardes que foram injustos durante sua vida, serão provavelmente transformados em mulheres quando reencarnarem”. ²Aristóteles, também filósofo da Grécia antiga, afirmava que “a fêmea é fêmea em virtude de certas faltas de qualidades”. Durante toda história a mulher foi vista como um ser frágil e submisso em relação à figura masculina e claro isso apenas reforça o preconceito seja ele fundamentado pela religião, que diz que a mulher deve ser submissa ao homem, ou pela biologia que já tentou fazer estudos analisando a caixa craniana humana ou até mesmo como afirma Saffiot (1987).

“Presume-se que, originariamente, o homem tenha dominado a mulher pela força física. Via de regra, esta é maior nos elementos masculinos do que nos femininos. Mas, como se sabe, há exceções a esta regra. Variando a força em função da altura, do peso, da estrutura óssea da pessoa, há mulheres detentoras de maior força física que certos homens” (p.12).

Não podemos indicar um único fator como sendo o responsável pelo preconceito e violência que existe contra a mulher, pois tudo isso faz parte de uma grande construção que vem sendo moldada há vários séculos dentro das mais diferentes sociedades que já existiram. Durante vários anos a mulher foi colocada à margem da sociedade, como sendo um ser inferior, esse preconceito foi reforçado pela religião cristã, como também pelo movimento higienista, que deu a mulher o papel de “limpar” a sociedade em um cenário pós era industrial

¹ Disponível em : <http://www.overmundo.com.br/banco/o-preconceito-contra-as-mulheres-na-historia> acessado em 1 de fevereiro de 2016

² Disponível em : <http://www.overmundo.com.br/banco/o-preconceito-contra-as-mulheres-na-historia> acessado em 1 de fevereiro de 2016

onde os mais variados tipos de doenças se proliferavam pela sociedade da época. Os médicos higienistas afirmavam que as mães não sabiam cuidar de seus filhos, isso causava uma alta mortalidade infantil, os maus cuidados dentro do ambiente familiar eram propícios para que doenças comuns naquela época se espalhassem. Então a mulher passou a ser retirada do mercado de trabalho e se tornaria uma figura que viveria e se dedicaria a sua família (SOARES, 1994).

Para tentar superar esse preconceito que está impregnado na sociedade devemos usar de todos os meios que estejam ao nosso alcance, como as pesquisas que apresentam dados confiáveis, os estudos científicos, através dos movimentos sociais, etc.

Apesar de todos os fatores que por nós foram apontados, a violência acaba sendo o grande problema crônico dentro desse emaranhado de questões que permeiam as relações de gênero. Limitando um pouco mais o campo do gênero e atentando somente a questão da violência contra a mulher, podemos constatar que a violência contra a mulher é também uma construção social que se perpetuou desde a dominação até os dias atuais, esse é o resultado da desigualdade de força nas relações de poder entre homens e mulheres.

Segundo a ONU (2015) sete em cada dez mulheres já foram ou serão violentadas em algum momento da vida, existem vários relatos dizendo que na Índia um grande número de mulheres são mortas por seus sogros após se casarem, para que eles fiquem com o dote (posses de valores herdadas pela esposa), dados da ONU apontam que aproximadamente 25 mil mulheres morrem por ano devido a essa prática. Dados coletados no Portal do R7 que analisou pesquisa realizada pelo IBGE e foi publicado no dia 04/11/2015 apontam que 1,5 milhão de mulheres negras são vítimas de violência doméstica no Brasil, essas mulheres são as maiores vítimas de violência doméstica no país. Elas representam 60% das agredidas por pessoas conhecidas: no período de um ano, somam 1,5 milhão.

Esse debate deve ser levado para dentro das escolas, deve ser problematizado e incluído dentro da proposta de ensino dos professores. Não é apenas uma questão do professor fazer a intervenção necessária quando ele perceber que isso está acontecendo em sua sala de aula, por ser um problema social esse tipo de situação ocorre fora do seu campo de visão, por isso salientamos a importância incluir esse debate dentro da sala de aula. Não podemos esquecer o papel de formação social que é de responsabilidade da escola, “formar cidadãos”, e como a questão do preconceito e da violência contra a mulher é recorrente, a escola não pode simplesmente ignorá-los ou fingir que não existem.

Baseado em tudo que foi colocado até o momento ressaltamos a importância de se trabalhar com as questões de gênero no campo educacional enquanto conteúdo e estratégias

de ensino, ainda que a família seja a primeira instituição que inicia a construção social da criança, a escola é a segunda principal e tem esse caráter de formar para a sociedade, é onde o aluno irá passar grande parte da sua vida, os professores devem ter um aparato de conhecimento para conseguirem quebrar esses preconceitos, e não colaborar com a perpetuação do mesmo. Por isso frisamos a importância do professor ter conhecimento para que ele perceba se esse tipo de violência e preconceito ocorre dentro da sua sala de aula, pois isso irá acarretar uma série de desdobramentos negativos na vida dos alunos que sofrem esses preconceitos, como baixo rendimento escolar, isolamento, em alguns casos agressividade, etc.

Dentro da nossa proposta de trabalho optamos por pesquisar no curso de formação superior em Educação Física da Universidade Federal de Goiás, onde supomos que seja uma das fontes de produção de conhecimento científico a respeito do assunto e para, além disso, é um curso de formação de professores. A partir disso nosso objetivo geral é identificar, analisar e compreender quais são as concepções de gênero na proposta Curricular e nos discursos das professoras da FEFD/UFG, ainda temos como objetivos específicos analisar a proposta curricular da FEFD, identificar o discurso/conteúdo das professoras do curso de Licenciatura em Educação Física, como também identificar ações propositivas e curriculares que minimizem o preconceito de gênero nas aulas de Educação Física.

Quanto ao caráter da nossa pesquisa, optamos pelo estudo de caso, pois como afirma YIN (1989, p. 23) "o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas".

Sendo assim devemos considerar que fenômeno e contexto não se separam no estudo de caso, portanto temos que considerar muitas variáveis, ou seja, várias fontes de dados que precisarão ser analisadas e categorizadas para que possamos triangular os dados como cita YIN (1989):

Enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados. (YIN 1989, p.33).

Realizaremos a fim de enriquecer a pesquisa e ter dados da realidade, entrevistas semi-estruturadas que é entendida em geral como:

Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruta de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante,

seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

Com essa mesma finalidade, realizaremos também uma análise documental, no plano de ensino das professoras como também no currículo da FEFD, “as fontes de “papel” muitas vezes são capazes de proporcionar ao pesquisador dados suficientemente ricos, para evitar a perda de tempo no levantamento de campo, sem contar que em muitos casos só se é possível à investigação social a partir de documentos”. (GIL, 2003, p.160)

Como sujeitos da pesquisa, temos as professoras do curso de licenciatura em Educação Física da FEFD que trabalham na formação de novos professores. Este espaço foi escolhido a partir da aproximação do pesquisador e das professoras pesquisadas com essa realidade e por acreditarmos que a grande maioria das professoras já tenha sofrido alguma forma de preconceito ou violência.

Ao identificarmos que a construção desta pesquisa exigiria um trato com o objeto a partir de uma abordagem histórica, trabalhando com sujeitos históricos e socialmente situados, e ainda, com base em um movimento dialético para a explicitação do concreto pensado, acreditamos que o método capaz de nos dar este suporte deve ser o Materialismo Histórico Dialético.

De acordo com Triviños (1987), esse método é à base da filosofia do marxismo, portanto “realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais, para os fenômenos da natureza, da sociedade, e do pensamento” (TRIVIÑOS, 1987, p. 51). O materialismo dialético além de considerar os princípios da matéria, da dialética, e da prática social “também aspira ser a teoria orientadora da revolução do proletariado” (TRIVIÑOS, 1987, p. 51). “Nas palavras de Marx (1983), esse método possui o enfoque de desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico natural” (1983, p.13).

Triviños (1987) aponta como sendo uma das ideias mais originais do materialismo dialético, o fato de ter ressaltado na teoria do conhecimento, “a importância da prática social como critério de verdade” (TRIVIÑOS, 1987, p.51). Ele diz que:

Ao enfatizar historicamente o conhecimento, em seu processo dialético, colocou em relevo a interconexão do relativo e do absoluto. Desta maneira, as verdades científicas, em geral, significam graus de conhecimento, limitados pela história, mas (...), este relativismo não significa reconhecer a incapacidade do ser humano chegar a possuir a verdade.

Isso significa dizer que há uma grande diferença entre as pesquisas dialéticas que a ênfase esta nos processos qualitativos de pesquisa, e as pesquisas positivistas que está centrada nos processos quantitativos como forma de pesquisa.

Entendendo o método dialético, é ele quem sustentará a forma de investigação da pesquisa, já que esta busca a partir da abordagem qualitativa, observando uma prática social, identificar “O debate de gênero na formação inicial da Educação Física”.

A abordagem metodológica utilizada para esta pesquisa possui caráter qualitativo, pois de acordo com Triviños (1987), esta abordagem de pesquisa não precisa necessariamente ter como base as informações estatísticas, visto que, “elas tem um tipo de objetividade e de validade conceitual, (...) que contribuem decisivamente para o desenvolvimento do pensamento científico.” (p.120)

Triviños (1987) aponta ainda que as bases (referências) teóricas abordadas pelo pesquisador são fundamentais para se definir o teor qualitativo da pesquisa. Dessa maneira, como aqui se tem com base teórica o materialismo dialético, a definição de pesquisa qualitativa se dá a partir dessa corrente que:

Considerando também o contexto do fenômeno social que se estuda, privilegia a prática e o propósito transformador do conhecimento que se adquire da realidade que se procura desvendar em seus aspectos essências e acidentais. Por isso consideramos como valido o enfoque histórico estrutural para a nossa realidade que, empregando o método dialético, é capaz de assinalar as causas e as consequências dos problemas, suas contradições, suas relações, sua qualidades, suas dimensões quantitativas, se existem, e a realizar através da ação um processo de transformação da realidade que interessa. (TRIVIÑOS, 1987, p.125).

A partir de todos os dados coletados faremos a categorização e a análise do que foi obtido através do discurso das professoras (entrevista semiestruturada), dos planos de ensino e Currículo da FEFD (análise de documentos), articulando com o nosso referencial teórico, fazendo a partir destes a triangulação dos dados, portanto teremos várias ferramentas que nos ajudarão a obter os elementos necessários para que possamos chegar a uma compreensão conclusiva sobre o fato, como disse YIN (2001, p.99):

O uso de várias fontes de evidências nos estudos de caso permite que o pesquisador dedique-se a uma ampla diversidade de questões históricas, comportamentais e de atitudes. A vantagem mais importante, no entanto, é o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação, um processo de triangulação mencionado inúmeras vezes na seção anterior deste capítulo. Assim, qualquer descoberta ou conclusão em um estudo de caso provavelmente será muito mais convincente e acurada se se basear em várias fontes distintas de informação, obedecendo a um estilo corroborativo de pesquisa.

A partir de tudo que foi apresentado até o momento, buscaremos elementos para que possamos chegar a uma conclusão plausível a respeito da compreensão de gênero nas propostas curriculares como também no discurso das professoras da FEFD. Para nortear nosso caminho, analisaremos a proposta curricular da FEFD, como também buscaremos elementos no discurso das professoras, ou no seu próprio plano de ensino para fomentar nossa pesquisa. Para além do que já foi apresentado, também buscaremos encontrar ações curriculares propositivas que minimizem o preconceito de gênero na educação física escolar.

Para o melhor entendimento do tema, o trabalho está dividido em dois capítulos, onde, no primeiro capítulo são tratados as principais caracterizações e conceitos de gênero, como também o papel da mulher na sociedade, a importância do gênero no currículo e a relação entre gênero e educação física.

No segundo capítulo apresentaremos as entrevistas que foram feitas com as professoras, juntamente com o plano de ensino, a apresentação do currículo da FEFD e a triangulação dos dados que foram obtidos.

CAPÍTULO I

CAPITULO I - RELAÇÕES DE GÊNERO DA MULHER NA SOCIEDADE

1.1 O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE

Ser mulher em uma sociedade que é dominada pela lógica dos homens, nunca foi nem será uma tarefa fácil, entretanto devemos salientar que esse quadro no decorrer da história nos mostra uma realidade de lutas e opressões. Muitos avanços foram obtidos através de trabalho árduo, esforços imensuráveis e lutas constantes de movimentos organizados. Foram nessas lutas que direitos básicos foram alcançados pelas mulheres, no entanto ainda há muito para se avançar, para equilibrar essa balança que tende a pender majoritariamente para o lado masculino.

Bourdieu foi um sociólogo francês contemporâneo de origem camponesa, que desenvolveu estudos sobre a sociologia de interpretação da sociedade, a partir, dos meios de dominação tendo como fonte de análise autores como Max Weber e compreensões sobre o conceito de classes sociais a partir dos estudos de Marx. Por mais de 40 anos este autor dedicou seus estudos a entender o sistema educacional como meio de reprodução social e desenvolveu as teorias do ³capital cultural e de *habitus*.

Em sua obra *A Dominação Masculina* (1998) Bourdieu divide algumas esferas da sociedade em macro que é o Estado, a Escola e a Igreja; e micro, que se concentra no ambiente familiar, todos esses se relacionam mediante aos princípios de dominação. Entender essa relação é um quesito essencial para se compreender as relações de gênero na sociedade, pois, todas essas esferas se relacionam, portanto, o fenômeno de dominação não pode ser compreendido caso seja observado a partir de uma visão singular, isso é reforçado quando Cisne (2002, p.07) cita em seu trabalho sobre a importância do marxismo para o feminismo onde o mesmo tem uma visão crítica acerca da questão de gênero sendo que o mesmo não pode ser analisado isoladamente:

³ *habitus*: sistema aberto de disposições, ações e percepções que os indivíduos adquirem com o tempo em suas experiências sociais (tanto na dimensão material, corpórea, quanto simbólica, cultural, entre outras). O *habitus* traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos. Ele é também um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas. *capital cultural* (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos). Disponível em < <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/pequeno-glossario-da-teoria-de-bourdieu/>> acessado em 3 de fevereiro de 2016

O marxismo possibilita uma análise crítica acerca das relações sociais, dentre elas as de gênero, mediante uma perspectiva de totalidade que não permite fragmentar a realidade, buscando apreendê-la além da aparência, das “representações”, sem esquecer, portanto, a incansável e constante busca de aproximação da essência dos fenômenos sociais e de suas determinações.

Com o surgimento da propriedade privada e conseqüentemente da família⁴, podemos indicar o mesmo como sendo o primeiro ambiente social que participamos, é nesse ambiente que se inicia a formação de um ser histórico e cultural, que terá características específicas impregnadas em seu *habitus* que ali está sendo construído.

Dentre os autores que teorizaram a sociedade de classes Marx foi o principal estudioso da sociedade capitalista e seus desdobramentos nas relações sociais desenvolvendo uma teoria denominada de marxismo que é uma matriz epistemológica do conhecimento sendo também uma visão de mundo a partir das relações de desigualdades sociais. Essas desigualdades sociais são reforçadas também pelas relações de gênero que se apropriam da exploração da mão de obra feminina com o objetivo de lucrar duplamente sobre o trabalho das mesmas.

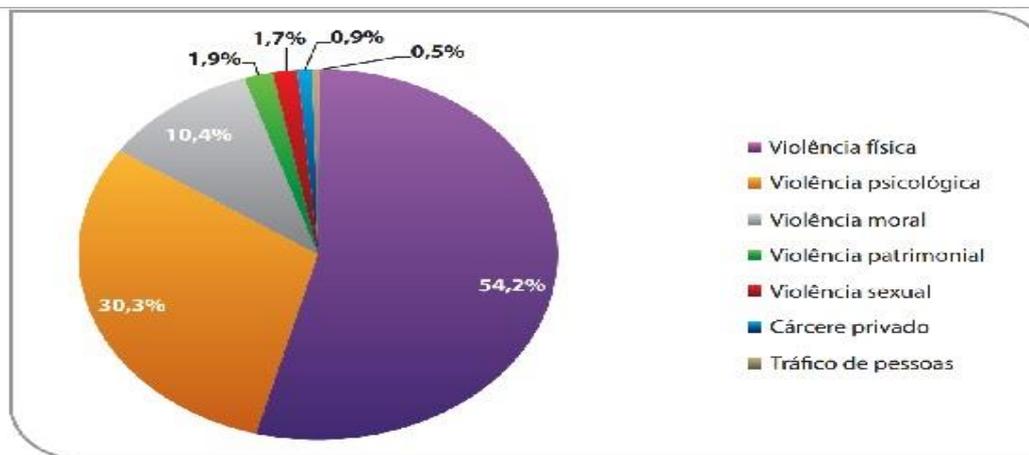
Todas essas diferenciações que são criadas historicamente e socialmente que permeiam as questões relacionadas ao gênero passam a constituir o *habitus* desses sujeitos históricos e culturais, é o *habitus* que faz com que as pessoas acreditem que o homem deve ter sempre uma postura viril, e que as mulheres são seres delicados, ou até mesmo que define que a estrutura familiar deve ser composta por homem, mulher e filhos. Novamente vale ressaltar que não podemos observar o fato isoladamente, a família também sofre influencia de outras esferas sociais como a Igreja, o Estado, e se quisermos ser mais específicos podemos citar os interesses da classe dominante, ou até mesmo questões relacionadas à saúde que podem influenciar a estrutura social (como ocorreu durante o movimento higienista).

Bourdieu (1998) conceitua em sua obra a dominação masculina a violência através de uma forma simbólica, através do que já foi dito anteriormente que ele chama de *habitus*, todavia devemos ressaltar que essa forma de violência não visual não é a única forma que existe, diariamente mulheres são espancadas, mortas, estupradas, e todas essas questões devem ser levadas em consideração, como enfatiza Bourdieu (1998) quando explica sobre o que é violência simbólica:

⁴ A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado (1884) é uma obra de Engels, na qual, por influência do marxismo, resgata desde o início dos tempos a análise materialista do desenvolvimento da civilização.

Ao tomar “simbólico” em um de seus sentidos mais correntes, supõe-se, por vezes que enfatizar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas, ou, o que é ainda pior, tentar desculpar os homens por essa forma de violência. O que não é, obviamente, o caso. Ao se entender simbólico como oposto de real, de efetivo, a suposição é de que a violência simbólica seria uma violência meramente espiritual, e, indiscutivelmente, sem efeitos reais. É esta distinção simplista, característica de um materialismo primário que a teoria materialista da economia de bens simbólicos, em cuja elaboração eu venha trabalhando há muitos anos visa destruir. (BOURDIEU, 1998, p.23).

No Brasil contemporâneo os dados nos mostram que a violência persiste e se apresenta nas mais diversas formas, como podemos observar o gráfico da violência contra a mulher no ano de 2013:



Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013.

Percebemos é que a violência contra a mulher persiste, desde o estudo de Bourdieu (1998) quando ele diz que a mulher na sociedade Cabila, localizada na Argélia, permanecia dentro de sua casa, pois a casa era considerada um ambiente feminino, enquanto os homens tinham o direito de irem a bares e mercados, e que até mesmo a casa tinha uma divisão sexista, como ambientes, femininos e masculinos, as mulheres geralmente ficavam na cozinha, enquanto os homens se embebedavam nos salões.

Apesar da definição entre homem e mulher ser habitualmente feita pela distinção dos órgãos sexuais, e esse fato ser reforçado pela biologia e medicina como mais um dos fatores que reafirmam a dominação do homem sobre a mulher, devemos nos ater ao fato de que a própria biologia é uma construção social e histórica do homem, portanto a grosso modo, podemos dizer que isso reforça duplamente a questão da hegemonia masculina. Na concepção marxista, a subordinação da mulher é iniciada com a propriedade privada.

Durante o período de ascensão da burguesia várias mulheres passaram a praticar esportes, e isso as tirou da condição de serem apenas secundárias nesse tipo de manifestação do corpo e as colocou em posição de destaque, fato que pra sociedade da época era algo impensável, fatos como esses faziam a sociedade atribuir valores pejorativos às mulheres, como lésbicas, ou não femininas (BOURDIEU, 1998).

As mulheres eram vistas apenas como indivíduos para ocupar o lar, para o lar, uma máquina de reprodução biológica e social que a dominação masculina delegava a elas, ou do que era entendido como “natural” e era ensinado durante as gerações no seio familiar. Foram através de esforços de mulheres que sofreram e tentaram transformar essas condições de subordinação aos homens que surgiram os movimentos feministas que atuavam em todas as esferas da sociedade tentando desnaturalizar essas situações.

Destarte, a categoria gênero deve ser percebida para além de uma construção cultural, uma vez que a cultura não é natural. Não só o gênero deve ser historiado, mas também a cultura e a sociedade. Não de forma isolada, mas inter-relacionadas, analisando as autodeterminações. Afinal, a cultura é determinada nas e pelas relações sociais, não de forma linear, homogênea ou fragmentada em exacerbações de diferenças, mas dentro das contradições que determinam a produção e a reprodução desta sociedade. (CISNE, 2002, p.4).

No início da sociedade industrial a mulher é inserida no mercado de trabalho, porém, com péssimas condições de vida e as precárias situações nas fábricas, a população adoecia com diversas epidemias, que ocasionavam baixo rendimento no trabalho. Era preciso a formação de uma sociedade resistente e forte para uma maior produção nas indústrias e fábricas. Neste momento foram tomadas várias estratégias dentre elas o retorno das mulheres para os lares com o objetivo de “cuidar” da saúde familiar (SOARES, 1994).

Os movimentos sociais feministas tem papel fundamental nessa parte da história que assola as mulheres, foram elas que lutaram pelo acesso das mulheres ao ensino secundário e também ao ensino superior. Podemos tomar isso como grande ponto de transformação para esse caos que era premeditado a maioria das mulheres. Esse acesso educacional que foi alcançado pelas mulheres teve um papel transformador e continua transformando radicalmente a estrutura da sociedade desde a inserção até os dias atuais, dentre essas transformações podemos citar algumas como: as estruturas familiares tendo como chefes de famílias as mulheres, o aumento dos divórcios que expressa à autonomia das mesmas e a sua independência econômica, esses podem ser apontados como divisores de águas do modelo de estrutura social.

Ainda que as mulheres já tenham alcançado inúmeros avanços durante suas lutas incessantes, para conseguir um patamar de igualdade, o que Cisne (2002, p.08) afirma é:

Partindo do princípio de que a emancipação da mulher está associada à construção de uma nova sociedade, à ruptura com o capitalismo, a teoria marxista se faz indispensável para a luta das mulheres, uma vez que tem como objeto a sociedade burguesa e como objetivo a sua superação. Afinal, é essa teoria que possibilita desvelar as contradições desta sociedade, instrumentalizando a classe trabalhadora para lutar por sua emancipação, pois “nos ajuda a entender a natureza íntima do capitalismo, a lógica de seu desenvolvimento”.

O que a autora acima afirma é que não basta apenas compreender ou contar a história que já aconteceu, é necessário apresentar ferramentas que sustentem a luta da classe trabalhadora (nesse caso das mulheres) para que esse modelo de sociedade desigual para a grande maioria da população seja superada, ou seja, não é possível em uma sociedade com características capitalistas chegar a um patamar que não haja exploração ou dominação do mais forte sobre o mais fraco.

Atualmente percebemos grandes avanços em relação a direitos adquiridos pelas mulheres como o direito de votar, direito a expressar sua opinião em público, até mesmo poder falar entre homens, equiparação em vários pontos em relação aos homens, porém ainda é um avanço mínimo comparado a uma real igualdade entre os sexos, ainda temos números altíssimos de violência contra a mulher, inúmeros casos de preconceito contra as mesmas em determinadas áreas do mercado de trabalho, e em vários casos mulheres com salários inferiores aos dos homens ocupando o mesmo cargo em empresas privadas.

No que diz respeito aos menores salários, a mulher também se encontra predominante, quando comparada aos homens. Ambos, homens e mulheres, nos mesmos setores de atividades, concentram-se em faixas distintas de salários, *apontando uma acentuada desigualdade em relação aos valores médios pagos para os trabalhos realizados conforme o sexo*. Por exemplo, constatamos em nossa pesquisa que a mulher se encontra presente de modo majoritário em todos os setores de atividades onde o valor salarial está estipulado em até 2 salários mínimos, e, ao contrário, de modo minoritário, à medida que os valores salariais vão se elevando. A única exceção é em relação ao setor agrícola onde, por exemplo, encontramos a cifra de 16% de mulheres e de 55% de homens que ganham até 2 salários mínimos. No entanto, essa discrepância é amplamente elucidada quando apresentamos os dados que se referem aos trabalhadores(as) agrícolas sem nenhum rendimento, indicando que 81,9% das mulheres encontram-se nesta situação, contra 27,9% dos homens, sendo *essa uma verdadeira radiografia do espaço agrário brasileiro*, marcado por alta concentração da propriedade da terra e enorme exploração da classe trabalhadora. (NOGUEIRA, 2004, p.74).

A mulher na sociedade capitalista durante os anos sempre foi diminuída, ou usurpada de seus direitos, podemos apontar como um desses, o direito a concorrer no mercado de

trabalho com os homens. Esse direito foi negado quando atribuíram o ambiente familiar aos seus cuidados, cuidar de sua família era a sua obrigação, e a partir do momento em que isso se iniciava, um vínculo “eterno” era efetivado com seu parceiro, pois, a partir disso elas não voltariam para a casa de seus pais, e dependeriam exclusivamente do seu parceiro (BOURDIEU, 1998).

Mesmo na sociedade Cabila que é estudada por Bourdieu (1998) era delegado às mulheres o trabalho mais depreciativo, como ele cita durante a colheita ou a plantação das azeitonas, as mulheres restavam apenas os trabalhos menos dignos, como carregar o esterco dos animais, recolher as azeitonas que caíam no chão, enquanto os homens manuseavam as varas para “sacudir” as oliveiras para que elas caíssem. Durante a fase de preparação do solo (arado) nem mesmo conduzir as charreias⁵ elas podiam, pois esse era um serviço exclusivamente masculino.

Durante a turbulenta inserção da mulher no mundo do trabalho, a ela foi negada a possibilidade de concorrência livre de vagas com os homens, contudo dividiram atividades que tinham características “femininas” e “masculinas”, como o ensino, assistência social e atividades paramédicas como também nas mídias em geral, no teatro, nas relações públicas, decoração, etc. (BOURDIEU, 1998).

O que não é expresso claramente nessas relações, é que a questão da hierarquia continuou e continua coexistindo de uma forma peculiar nesses avanços, isso se torna evidente quando observamos, por exemplo, o curso de medicina, conforme avançamos na hierarquia das especialidades, menores são os números de mulheres presentes. Podemos observar que a mulher foi usada para suprir uma necessidade de um mercado emergente com o crescimento populacional, entretanto ela continua sendo desprestigiada, porém, de forma categórica.

Durante a divisão sexista das profissões novamente prevaleceu à dominação masculina, questões pertinentes aos fatos, saltam aos olhos quando analisamos profissões em que ambos os sexos atuam, e a mulher continua sendo desvalorizada, contudo a mesma profissão para o sexo masculino é enobrecida, temos como exemplo as cozinheiras, e o chefe de cozinha, as costureiras e o alfaiate dentre outras.

⁵ Vem do francês *charrue*, que é uma espécie de arado munido de rodas, com que se corta a terra. Para o etimologista Francisco de Saraiva Luiz, porém, o termo parece ser oriundo do hebraico *charutz*, que é um instrumento ou máquina de desenterrar a terra, de desfazer os torrões, do verbo *charatz*: cortar, talhar, romper, trilhar etc.

Durante vários períodos da história podemos observar que as mulheres tiveram suas oportunidades ceifadas, assim se dedicaram exclusivamente ao lar, e como o acesso a educação básica lhes foi negado, com a inserção no mercado de trabalho muitas mulheres se encontravam sem qualificações para poderem atuar, porém tinham vivido na prática durante toda a vida os serviços domésticos, e esse foi e continua sendo um grande mercado de trabalho para as mulheres. Atualmente percebemos um número muito significativo de mulheres no trabalho doméstico, porém remunerado como demonstra o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (2014):

O trabalho doméstico remunerado tem passado por importantes transformações. Do ponto de vista legal e jurídico, a aprovação da Emenda Constitucional nº 72/2013 vem corrigir a desigualdade estrutural imposta ao segmento. Na mesma direção deste avanço institucional, a Instrução Normativa nº 110 do Ministério do Trabalho e Emprego, de 6 de agosto de 2014, dispõe sobre os procedimentos de fiscalização do cumprimento das normas relativas à proteção ao trabalho doméstico. Por outro lado, embora esta atividade continue sendo uma das principais ocupações entre as mulheres há uma tendência de redução da proporção de mulheres empregadas no trabalho doméstico: entre 2011 e 2012, a proporção de mulheres ocupadas no trabalho doméstico passou de 15,5% para 14,7%. (RASEAM, 2014, p.17).

As mulheres vêm conquistando ao passar dos anos vários direitos que lhes eram negados, entretanto a sociedade capitalista continua achando meios para prolongar esse domínio pelo maior tempo possível. No que diz respeito aos cargos que exigem formação acadêmica, atualmente, as mulheres são tão capacitadas quanto os homens, para o mercado de trabalho, contudo ainda encontramos diferenças salariais, em geral em cargos de chefia como expressa a pesquisa realizada pelo CATHO⁶:

Segundo uma pesquisa recente feita pelo Grupo Catho, empresa de recrutamento e seleção de executivos, as mulheres conquistam cargos de direção mais cedo. Tornam-se diretoras, em média, aos 36 anos de idade. Os homens chegam lá depois dos 40. No entanto, essas executivas ganham, em média, 22,8% menos que seus competidores de colarinho e gravata. (PROBST, 2003, p.3).

Portanto o cenário atual nos mostra que homens e mulheres atuam em praticamente todas as áreas do mercado de trabalho, entretanto as mulheres continuam a receber os menores salários, reflexo histórico de um passado que impossibilitou que se estabelecesse um patamar de igualdade entre homens e mulheres. Mulheres e homens devem continuar lutando para que

⁶ É um site brasileiro de classificados de empregos. Sua sede fica localizada em Barueri, no estado de São Paulo. Com o objetivo principal de facilitar contratações, o site funciona como um canal entre os candidatos que buscam novas oportunidades e as empresas e consultorias de RH que buscam candidatos.

consigam extinguir essa dominação que foi imposta a elas, porém essa luta não é somente das mulheres e sim de todos que desejam viver em uma sociedade igualitária, como afirma Cisne (2002) os movimentos feministas devem incorporar como ideologia a ideia marxista, como também o marxismo deve incorporar o feminismo, uma vez que ambos buscarão um objetivo em comum, combater as desigualdades e transformar a realidade mediante a ação coletiva.

1.2 - GÊNERO E SEU SENTIDO NA SOCIEDADE DE CLASSES

Em uma sociedade que é extremamente fragmentada e dividida em classes Donna Haraway (2004) propôs em seu trabalho criar um conceito de gênero para o dicionário alemão baseado em uma perspectiva marxista, por que não existia até o momento uma distinção entre sexo e gênero, ambos tinham o mesmo significado.

Haraway (2004) em seu trabalho se propõe a diferenciar as palavras sexo de gênero, porém ela vai muito além, a partir de uma visão marxista ela cria uma ruptura entre a visão biológica e a visão histórico-cultural, criando um conceito de gênero que é fundamentado a partir das relações sociais que são estabelecidas, ou seja, ninguém nasce com o gênero definido, ele é construído nas relações que são estabelecidas no seu convívio em sociedade. Durante essa construção sofremos interferências do meio social em que estamos inseridos seja da família, da escola, da religião, assim identificamos que desde pequenos somos “adestrados” a seguir padrões sociais que são pré-estabelecidos historicamente pelo sexo biológico, apontando como bizarro qualquer caminho diferente que se trilhe durante essa formação.

Durante seu trabalho Haraway (2004) explica a dificuldade de separar esse ser biológico do ser histórico-cultural, o que é justificado pelo fato de historicamente a divisão sexista do trabalho, a dominação masculina, e até mesmo o homem obrigatoriamente apresentar determinadas características e atitudes, como a mulher também, ser naturalizado a partir de padrões heterossexuais, como também ser legitimado pela corrente biológica.

Em seu artigo Haraway (2004) apresenta um parecer histórico de como foi sendo construído o conceito de gênero por diversos autores, em linhas gerais esses discursos são criados com intuito de promover um debate político e científico, e à crítica ao "determinismo biológico" e a ciência sexista especialmente a biologia e a medicina.

"A sexualidade é para o feminismo o que o trabalho é para o marxismo: o que é mais próprio de cada um e o que mais se tira de cada um... A sexualidade é este processo social que cria, organiza, expressa e direciona o desejo, criando os seres sociais que conhecemos como homens e mulheres, do mesmo modo como suas relações criam à sociedade..." (MACKINNON apud HARAWAY, 2004, p.32).

Mendes (2010) em sua obra faz uma crítica ao ser “natural” que foi criado para conceituar o que é a mulher, independente de ser lésbica, negra, branca, rica, pobre, todas estavam em um mesmo patamar de ser universal novamente essa conceituação estava relacionada ao ser biológico, e para Mendes (2010) essa percepção única não contemplava a pluralidade que a definição de gênero pode expressar.

Mendes (2010) também busca em Foucault a concepção de gênero para analisar as campanhas publicitárias que são apresentadas em seu trabalho:

Foi, portanto, a partir das contribuições de Foucault (1988) que o conceito de gênero deixou de se remeter à diferença sexual e passou a ser entendido como uma representação social, ou, como coloca Lauretis (1994), uma tecnologia social, que tem por função definir o lugar e o papel destinado a cada indivíduo na ordem social. Nesse sentido, o gênero, é o discurso responsável por transformar os indivíduos em sujeitos masculinos ou femininos. (MENDES, 2010, p.7).

Portanto compreendendo o ser humano como um ser que é construído historicamente, e a publicidade sendo um meio ideológico de propagação de valores da classe dominante, e que transmite em grande parte de suas produções, valores depreciativos em relação à mulher, Mendes (2010) faz uma crítica à naturalização de comportamentos tanto masculinos como femininos, e a sensualidade exacerbada que é apresentada principalmente nas propagandas que tem como intuito a venda de produtos que em geral são de consumo do público masculino.

Não queremos enfatizar nesse trabalho que a cerveja é algo exclusivo ao público masculino, porém, como já foi dito anteriormente a publicidade propaga a ideologia dominante e historicamente segundo Bourdieu (1998) os homens se embebedavam nas casas nas mais diferentes ocasiões enquanto as mulheres ficavam encarregadas de cozinhar e preparar petiscos para os homens durante esses encontros.

Scott (1989) realizou um estudo com o objetivo de conceituar gênero a partir de uma categoria social. Em sua produção considerada crítica, o sentido que é dado ao gênero em produções acadêmicas deveria mudar de descritivas para analíticas, contudo para se chegar a esse patamar deveriam ser agregados à categoria de gênero pressupostos teóricos, como questões relacionadas principalmente as questões políticas.

As abordagens utilizadas pela maioria dos (as) historiadores (as) se dividem em duas categorias distintas. A primeira é essencialmente descritiva, isto é, ela se refere à existência de fenômenos ou realidades sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal, ele elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando entender como e porque aqueles tomam a forma que eles têm. (SCOOT, 1989, p.6).

A crítica é construída, a partir, de uma gama de trabalhos produzidos que se limitavam a descrever a realidade das relações sociais que eram estabelecidas entre homens e mulheres, não se questionavam o porquê das relações serem estabelecidas daquela forma ou ainda, como transforma-las. Esse questionamento de não transformação que Scott (1989) cita em seu trabalho nos remete a buscar nos estudos de Cisne (2002) a fundamentação para se transformar a sociedade atual:

Partindo do princípio de que a emancipação da mulher está associada à construção de uma nova sociedade, à ruptura com o capitalismo, a teoria marxista se faz indispensável para a luta das mulheres, uma vez que tem como objeto a sociedade burguesa e como objetivo a sua superação. Afinal, é essa teoria que possibilita desvelar as contradições desta sociedade, instrumentalizando a classe trabalhadora para lutar por sua emancipação, pois “nos ajuda a entender a natureza íntima do capitalismo, a lógica de seu desenvolvimento”. (Cisne, 2002, p.8).

Portanto o que podemos perceber é que Scott acredita que o gênero se constrói a partir das relações sociais, porém, faz uma crítica à maioria dos estudos publicados supondo que não foram profundos o bastante para agregar todo o valor que se faz necessário à concepção deste conceito.

Scott (1989) supõe em seu trabalho a possibilidade de quando se conseguir agregar o valor devido à concepção de gênero, que a história deverá ser toda repensada, a partir, de uma perspectiva política das relações de gênero:

A exploração dessas perguntas fará emergir uma história que oferecerá novas perspectivas a velhas questões (como por exemplo, é imposto o poder político, qual é o impacto da guerra sobre a sociedade), redefinirá as antigas questões em termos novos (introduzindo, por exemplo, considerações sobre a família e a sexualidade no estudo da economia e da guerra), tornará as mulheres visíveis como participantes ativas e estabelecerá uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixada do passado e nossa própria terminologia. Além do mais, essa nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as estratégias políticas feministas atuais e o futuro (utópico), porque ela sugere que o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça (SCOTT, 1989, p.29).

Dentre os conceitos de gênero já trabalhados neste estudo, também escolhemos para o nosso referencial teórico, o conceito que foi desenvolvido pela socióloga brasileira, Saffioti (2004). Em sua obra *Gênero, Patriarcado e Violência* (2004) não podemos dizer que ela cria um novo conceito de gênero, entretanto ela faz uma crítica aos avanços nos estudos das relações de gênero na sociedade, alegando que o foco inicial foi perdido ao longo do percurso.

Saffioti (2004) acredita que o patriarcado é a fonte principal das relações desiguais de poder entre homens e mulheres, ela cita em sua obra que a diversificação dos estudos nas

relações de gênero manteve o foco afastado do patriarcado, é essa a questão que a incomoda, Saffioti (2004) ressalta que:

Nos últimos milênios da história, as mulheres estiveram hierarquicamente inferiores aos homens. Tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, 'neutralizando' a exploração-dominação masculina. (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

Percebemos que Saffioti (2004) faz uma analogia entre patriarcado e gênero, e a sua crítica é exatamente em cima dos estudos de gênero, ela acusa os próprios estudos de gênero de serem os responsáveis por distrair o foco principal dessa relação desigual de poder que é o patriarcado, em outras palavras, podemos entender que os estudos de gênero beneficiam o patriarcado como ela expõe em sua obra:

Assim, se gênero é um conceito útil, rico e vasto, sua ambiguidade deveria ser entendida como uma ferramenta para maquiagem exatamente aquilo que interessa ao feminismo: o patriarcado, como um fato inegável para o qual não cabem as imensas críticas que surgiram (SAFFIOTI, 2004).

Levando em consideração o conceito dessas quatro autoras podemos perceber que elas concordam e complementam ambos os estudos, como por exemplo, que as questões pertinentes a gênero não podem ser tratadas como algo naturalizado, simplesmente compreendido a partir de uma corrente biológica, que trata as questões de gênero diretamente relacionadas ao órgão sexual ao qual nascemos. Todas essas autoras concordam que o gênero emerge a partir de relações sociais que são estabelecidas historicamente e nas relações cotidianas, e que para se superar essa desigualdade nas relações que são estabelecidas socialmente se torna necessário uma reestruturação nesta sociedade androcêntrica⁷ que é pautada no patriarcado, na supremacia masculina e na submissão feminina assim como nas relações socioeconômicas.

⁷ A tendência quase universal de se reduzir a raça humana ao termo "o homem" é um exemplo excludente que ilustra um comportamento androcêntrico. Disponível em <<http://www.dicionarioinformal.com.br/androcentrico>> acessado dia 1 de fevereiro de 2016

1.3 GÊNERO: UMA CATEGORIA DE INTERVENÇÃO CURRÍCULO DO CURSO SUPERIOR

O campo do currículo, para a formação escolar assim como para a formação acadêmica tem o caráter intencional no qual podemos perceber o tipo de sujeito a ser formado, objetivos educacionais assim como para sociedade a ser construída.

Para compreendermos as relações de gênero nos currículos recorreremos a aspectos sociais, culturais e econômicos da consolidação este campo de estudo. Vale lembrar que qualquer teoria de currículo não se faz descolada de uma teoria de conhecimento. Iniciando nosso debate conceituaremos a partir dos autores o que consideramos ser currículo no campo da educação e logo após localizaremos o nosso objeto de estudo nesta área do conhecimento.

Silva (2010, p.21-25) divide o campo de currículo em três teorias. A primeira delas são as teorias tradicionais que compõem discussões sobre ensino aprendizagem, didática, didática, avaliação, metodologia, planejamento, eficiência e organização. As teorias tradicionais segundo o mesmo autor têm início enquanto campo especializado de estudo nos Estados Unidos com o Bobitt com uma obra que fora crucial pra consolidação desse campo, *The Curriculum*. Nesta obra estão inscritos os objetivos, técnicas e padrões educacionais para a classe trabalhadora consideradas conservadoras a partir de um sistema empresarial e burocratizado. Mas o modelo de Bobitt se consolida com os estudos de Ralph Tyler com a definição de padrões, de técnicas de organização e desenvolvimento do sistema de ensino. Apesar desta compreensão de currículo dominar o campo da educação estadunidense até meados de 80, esta perspectiva disputava espaço com teorias mais progressistas da educação como a de Jhon Dewey.

Moreira (1990, p.21-23) nos explica que os Estados Unidos exerceram grandes influencias nas elaborações dos currículos no Brasil chegando a encontrar em algumas literaturas que houve uma transferência educacional. Mas Moreira (1990) nos explica que esta transferência deve ser feita com ponderações e analisadas em duas perspectivas, a do imperialismo colonial presente nos estudos de Martin Carnoy e a perspectiva do neoliberalismo por Philip Altbach e Gail Kelly. O mesmo autor nos explica ainda que houve um enfoque neocolonialista, uma expressão da relação do colonizado e do colonizador como um mecanismo de dependência cultural.

Para Silva (2010, p.29) o campo das teorias críticas começa a se afirmar a partir de ideologias, resistência e críticas a reprodução, pois, a partir da década de 60 surge em vários países debates sobre as relações de poder e de dominação, como por exemplo, nos Estados Unidos, com críticas a guerra do Vietnã e luta pelos direitos civis, no Brasil as oposições ao

regime militar, na França o levante do movimento estudantil e os movimentos de contracultura como os feministas e de liberdade sexual. Todos estes eventos influenciaram nas concepções e práticas curriculares no cenário nacional e internacional. Os principais estudiosos que produziram nesse sentido o que hoje são considerados clássicos da literatura, inicialmente no Brasil porém com projeção internacional foi Paulo Freire e no cenário internacional foi Althusser, Pierre Bourdieu e Passaron, Baudelot e Establer.

Apesar de esses autores fazerem a crítica principal ao sistema econômico de produção e como estes influenciam nas políticas educacionais e nas práticas curriculares Silva (2010 p.33) ressalva que enquanto Althusser faz uma leitura marxista da realidade, a partir da luta de classe, Pierre Bourdieu e Passaron, percebem que o sistema educacional é uma reprodução da sociedade capitalista estando esta inata de transformações.

Mas são com os autores Michael Appel e Henry Giroux que o debate de gênero, etnias negadas e de sexualidade ganham destaque quando se percebem enquanto conhecimentos negados no campo do currículo assim o currículo enquanto política cultural. A preocupação de Michael Appel não é validade epistemológica do conhecimento corporificado, mas sim qual conhecimento é considerado verdadeiro diante as determinações socioeconômicas. Já Henry Giroux tem sua preocupação da cultura popular presente no cinema, música e na televisão sendo que umas das categorias de análise desenvolvida pelo autor é a resistência (SILVA, 2010).

No Brasil, com a abertura política após o período militar e em crítica a pedagogia tradicional e as diretrizes de caráter tecnicista do período anterior surgem à teoria crítica de currículo com fortes influências das abordagens sociológicas e reprodutivistas dos Estados Unidos e da Inglaterra. A partir dessa abertura política surgem duas perspectivas pedagógicas críticas: Pedagogia Crítica social de conteúdo de Libâneo, e a Pedagogia Histórico Crítica desenvolvida por Saviani (JACOB, 2013, p.31).

Apesar de um avanço da teoria crítica do currículo sobre o debate da visibilidade das questões características de gênero tanto no campo da educação de forma geral como também no seio da sociedade, ainda percebemos um impasse no que diz respeito às políticas públicas e práticas curriculares que façam o enfrentamento do que o debate carrega historicamente, como já citado anteriormente. Pensando no conceito de currículo enquanto uma “forma de pensar a educação, a pedagogia, os conhecimentos escolares, o trato com o conhecimento na sala de aula, as visões sociais que influenciam o ensino, os objetivos, a metodologia e a avaliação” (RODRIGUES, 2011, p.83 apud. JACOB, 2013, p.28); ainda temos um longo

caminho a percorrer enquanto campo de disputa ideológica sobre os papéis sexuais e a divisão social do trabalho.

Quanto ao currículo da educação básica nestes últimos dois anos, temos acompanhado a retirada ou calorosos debates sobre as questões de gênero em várias propostas curriculares no Brasil a níveis municipais e estaduais, dado o prazo de um ano, a partir de 2014, para a construção dos Planos de Educação para os próximos dez anos. Podendo contribuir com a emancipação de milhares de mulheres este debate tem encontrado resistência de setores conservadores e religiosos em alguns estados e municípios, como foi o caso de Porto Alegre.

O debate sobre as relações de gênero nos Parâmetros curriculares Nacionais –PCNs (1998), reconhece que a formação do gênero não se dá a partir de sua forma orgânica mas a partir da formação cultural, social e de linguagem que compõe essa formação. Este documento direciona os caminhos a serem percorridos pela escola, porém a mesma pode seguir ou não e apesar deste documento referenciar uma parte específica nas Orientações Didáticas, “diferenças entre meninos e meninas” o documento não trás reflexões sobre as problematizações que gira em torno desse tema na escola e da sociedade. A partir disso estamos de acordo com Jacob (2013, p.37) quando diz que as características que definem o gênero estão no plano social.

Não se pode negar que o masculino e o feminino se distinguem inicialmente no plano biológico desde o nascimento, no que diz respeito ao corpo físico (genitálias), no entanto as características que definem a pessoa do gênero masculino e feminino atingem o plano social, mediante construções históricas das relações humanas.

Porém o debate do dia é a construção de uma Base Nacional Comum (BNC) que ainda está em elaboração por 116 especialistas de 35 universidades de todo o país sendo divulgado no dia 19 de Novembro de 2015 um texto preliminar que segue para consulta pública e depois para apreciação do Conselho Nacional de Educação. A expectativa do Ministério da Educação é de concluir até junho de 2016. Para pensar as diretrizes presentes no Plano Nacional de Educação (PNE) após reivindicações da sociedade militante e organizada, em novembro de 2015 criou-se o Comitê de Gênero com o objetivo de avançar nas discussões sobre Gênero inclusive na BNC.

Pensar em uma proposta de currículo que contribua com a emancipação de homens e mulheres vai além de conteúdos e metodologias pré-estabelecidas. É necessário que se avance principalmente nas questões que são construídas culturalmente e socialmente e percebendo ainda que o currículo pode ser uma ferramenta de intervenção, ou seja:

Ao longo dos anos, aprendemos e incorporamos o poder/ordem masculino de forma/esquema inconsciente de percepção e apreciação. Para que isso não ocorra, devemos fazer exercícios de reflexão explorando as formas em que classificamos e construímos o mundo. (JACOB, 2013, p.38).

Apesar de alguns retrocessos no campo do currículo algumas políticas de estado tem avançado no que diz respeito à identidade de gênero nas universidades federais e em órgãos públicos. Quanto ao ensino superior não temos resolução sobre as relações de gênero para o ensino, porém podemos encontrar resoluções específicas de cada curso de graduação. Algumas Universidades Federais como, por exemplo, do Paraná, Bahia, Macapá e Goiás estão discutindo e aprovando resoluções sobre a identidade de Gênero a partir da aceitação, pela graduação, do nome social. Em 18 de maio de 2010 o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão garantem servidoras e servidores de órgãos públicos federais a usarem nome social em cadastros e crachás de identificação dos locais onde trabalham, sendo que o nome civil deve constar no verso dos crachás. O nome social também pode ser usado em comunicações internas, no endereço de e-mail e na lista de ramais do órgão.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O currículo da formação de professores é um dos temas de atenção da nossa pesquisa que segundo Saviani (2009) esse processo no Brasil se iniciou no século XIX com a implantação da lei de Escolas das Primeiras Letras, o método de ensino praticado era o método de ensino mútuo de estudos, apesar das referências ao preparo didático que eram exigidas nessa formação, não existia a mesma preocupação em realizar um preparo pedagógico. Os professores formados nesse método estudavam às próprias custas.

Em 1834 após a publicação do ato adicional que colocou a instrução primária sob a responsabilidade da província, buscou-se então o modelo de Escolas Normais que eram utilizadas na Europa, essas que visavam uma formação específica coordenadas pelas ações pedagógico-didáticas, porém contrariamente a proposta inicial, as escolas ensinavam o que os professores deveriam ensinar, o currículo era constituído pelas mesmas disciplinas ensinadas nas Escolas, como evidência Saviani (2009):

Visando à preparação de professores para as escolas primárias, as Escolas Normais preconizavam uma formação específica. Logo, deveriam guiar-se pelas coordenadas pedagógico-didáticas. No entanto, contrariamente a essa expectativa, predominou nelas a preocupação com o domínio dos conhecimentos a serem transmitidos nas escolas de primeiras letras. O currículo dessas escolas era constituído pelas mesmas matérias ensinadas nas escolas de primeiras letras. Portanto, o que se pressupunha era que os professores deveriam ter o domínio daqueles conteúdos que lhes caberia

transmitir às crianças, desconsiderando-se o preparo didático-pedagógico. (Saviani, 2009, p.144).

As escolas normais receberam fortes críticas do então presidente da província do Rio de Janeiro Couto Ferraz, ele as achava ineficientes tanto qualitativamente quanto quantitativamente, pois o número de alunos formados eram bastante reduzidos.

Nesse contexto Couto Ferraz fechou a escola de Niterói e então passou a colocar ajudantes dentro das salas de aula, esses ajudantes aprenderiam o exercício da profissão na prática, auxiliando os professores regentes, porém Saviani (2009) diz que essa tentativa foi frustrada e improdutiva:

Por isso, Couto Ferraz, quando presidente da Província do Rio de Janeiro, fechou a Escola Normal de Niterói em 1849, substituindo-a pelos professores adjuntos, regime que adotou no Regulamento de 1854 ao exercer o cargo de ministro do Império. Os adjuntos atuavam nas escolas como ajudantes do regente de classe, aperfeiçoando-se nas matérias e práticas de ensino. Por esse meio seriam preparados os novos professores, dispensando-se a instalação de Escolas Normais. Mas esse caminho não prosperou. Os cursos normais continuaram a ser instalados, e a pioneira escola de Niterói foi reaberta em 1859. (SAVIANI, 2009, p.145).

Em seu trabalho Saviani (2009) comenta que em sequência a esse momento, ocorreu uma reestruturação da Escola Normal, usaram como base a escola modelo, durante essa reforma houve uma reorganização curricular, como também uma ênfase na preparação pedagógico-didática. Essa reestruturação aconteceu principalmente em São Paulo, porém, estendeu-se também para outras províncias brasileiras.

Nesse contexto surgiram os Institutos de Educação, lugar onde o foco não era exclusivamente o ensino, primavam também pela pesquisa, porém, ainda tinha como foco principal o domínio dos conhecimentos a serem transmitidos para os futuros professores, entretanto, nos Institutos incorporaram disciplinas pedagógicas ao currículo, e tentavam veementemente superar aquele modelo de Escola Normal, que recebeu tantas críticas por ser insuficiente e falho:

Uma nova fase se abriu com o advento dos institutos de educação, concebidos como espaços de cultivo da educação, encarada não apenas como objeto do ensino, mas também da pesquisa. Nesse âmbito, as duas principais iniciativas foram o Instituto de Educação do Distrito Federal, concebido e implantado por Anísio Teixeira em 1932 e dirigido por Lourenço Filho; e o Instituto de Educação de São Paulo, implantado em 1933 por Fernando de Azevedo. Ambos sob inspiração do ideário da Escola Nova. (SAVIANI, 2009, p.145).

Essa nova organização dos Institutos os elevou a um nível universitário e foram tomados como base dos estudos de Educação em nível superior, ambos foram incorporados as

Universidades e se tornaram referencia. Esta nova base “organizou os cursos de formação de professores para as escolas secundárias generalizadas para todo o país por meio do decreto-lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939”. Consequentemente dando organização “definitiva à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, que ficou como referência as demais escolas de nível superior adotando o modelo de formação conhecido como “esquema 3 por 1” em que durante três anos estudava as disciplinas específicas e um ano para formação didática (SAVIANI, 2009).

Com o golpe militar as Escolas Normais foram fechadas e em seu lugar foram colocados os cursos de magistério:

A Lei no 5.692/71 fez modificações no ensino primário e médio que passaram a serem denominados de 1o e 2o graus, sendo que “a habilitação específica do magistério foi organizada em duas modalidades básicas: uma com duração de três anos que habilitaria a lecionar até a 4ª série; e outra com duração de quatro anos, habilitando a lecionar até a 6ª série do 1o grau” (SAVIANI, 2009, p. 147).

Vale ressaltar que essa formação do magistério reduziu à formação de professores a tamanha precariedade que pouco tempo depois, o governo foi obrigado a criar um programa de formação e aperfeiçoamento para o Magistério.

Com o fim do Regime Militar, a ineficácia nos cursos de formação de professores se fez continua, a nova proposta da LDB de 1996 nivelou os cursos de formação por baixo, e novamente retornaram com os Institutos de Educação e as Escolas Normais.

Taffarel (2006) apresenta em seu trabalho um cenário que desfavorável a práticas sociais de qualquer natureza pela classe trabalhadora, os primeiros pontos que são relatados são respectivamente o campo educacional e o do esporte. A autora afirma que não existe investimento em ambientes com praticas corporais orientadas por profissionais, estas constatações foram obtidas através de pesquisas do IBGE, e também por serem recorrentes em pautas dos movimentos sociais, Taffarel, (2006, p.91) afirma que são um conjunto de fatores que contribuem para esse cenário:

As variáveis apontadas para explicar o fenômeno do mau desempenho da educação no Brasil, e das péssimas condições para o desenvolvimento do esporte enquanto política cultural são muitas: financiamento, situação socioeconômica e cultural dos educandos e da população em geral, formação dos professores, participação da comunidade e da família, gestão, organização, políticas públicas, organização sindical, entre outras.

O modelo econômico em que vivemos (capitalista) tende a desvalorizar a educação como também as áreas públicas voltadas para as praticas esportivas, a desvalorização desses espaços é uma forma de manutenção da politica atual. Taffarel (2006) diz que desvalorizar o

professor é uma das formas de política encontrada pelo governo para manutenção do atual estado, isso implica em uma desvalorização do salário, plano de carreira pouco atraente, nas condições de trabalho.

Os fatores citados acima contribuem para um esvaziamento dos cursos de formação de professores, fato que já está acontecendo e fica explícito na pesquisa que Taffarel (2006, p.92) apresenta em seu trabalho:

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) realizou uma pesquisa em 2003 e demonstrou que 53,1% dos professores em atividade estavam na faixa dos 40 aos 59 anos e 38,4% tinham entre 25 e 39 anos. Só 2,9% se encontravam na categoria entre os 18 e 24 anos. A pergunta é: quem vai substituir os atuais mestres à medida que eles forem se aposentando? A escassez de docentes já é perceptível em vários estados do País.

O que a autora apresenta é que tanto a Educação como a Educação Física, está contribuindo para a manutenção das condições sociais atuais, ela cita isso no momento em que aponta que a Educação Física está formando trabalhadores para o mercado de trabalho, no entanto deveria formar professores que contribuíssem na criação de uma proposta contra hegemônica, para se superar esse modelo de sociedade desigual em que vivemos, ou seja, a educação deve cumprir seu papel emancipador, visando a transformação social.

Taffarel (2006) pontua em seu trabalho questões que surgiram a partir das novas diretrizes curriculares que foram aprovadas, apontando o que acontecerá com os 650 cursos de graduação em Educação Física no país. Segundo a autora reforma curricular ocorreu para que a ideia de totalidade na formação fosse perdida, e para que cada vez mais o curso de Educação Física tivesse uma característica de adequação ao mercado de trabalho, buscando uma formação mais rápida, e transformando o professor em um mero executor de tarefas pedagógicas.

No que diz respeito à concepção de professor a ser formado, destacamos que pensar uma concepção de professor é pensar em que escola queremos construir. No projeto do MEC/CNE, é a escola da reforma educativa, como denomina Helena de Freitas (2002), voltada para instruir para a sociedade de mercado, competitiva, integrada ao processo de desenvolvimento do capitalismo de caráter excludente. Isto está evidente quando analisamos as diretrizes que revelam a formação baseada no modelo de competências. Este modelo quer dizer que o professor deve assumir uma responsabilidade individual pela sua formação, deixando de lado a concepção de trabalho coletivo. (TAFFAREL, 2006, p.102).

Essas noções de competências que vieram com a reforma agregam também a ideia de avaliação do curso, que é feita através do SINAES, Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, do ENADE, Exame Nacional de desempenho do Estudante, Taffarel (2006) cita

estes acima como sendo aparelhos ideológicos do Estado, que tem como ideais quantificar (qualificando ou desqualificando os cursos), como também permitem ter um controle sobre os mesmos.

A autora afirma que para que se consiga estabelecer uma resistência contra essas novas características na formação de professores é necessário que se tenha clareza no que diz respeito às lutas que já foram “travadas” historicamente como também, uma visão de educação que não contemple o modelo capitalista de mercado, ou seja, uma educação libertadora, emancipadora, no que diz respeito à formação de professores.

Dentre as várias ferramentas existentes para que se possa estabelecer uma formação sólida para o profissional de Educação Física, Taffarel (2006) expõe algumas como sendo muito importantes, como a recuperação da ideia de totalidade na Educação Física, o resgate da Educação Física enquanto uma disciplina científica, uma formação ampla dos profissionais para que consigam compreender as relações sociais que são estabelecidas na sociedade como também dentro do ambiente escolar, a não dicotomia entre disciplinas teóricas e práticas, a formação continuada, o trabalho interdisciplinar dentre outros.

Ainda sobre as ferramentas de luta Taffarel (2006) aponta elementos teóricos que devem compor a base comum de formação dos professores, estes que sustentarão os embates políticos, como também o enfrentamento das diretrizes que foram aprovadas, percebendo elas não como amarras para as Instituições, mas sim como uma base, sendo possível assim mediante as particularidades das instituições irem muito além dessas diretrizes, mantendo como foco na emancipação e nos interesses da classe trabalhadora, como é exposto no trabalho de Taffarel (2006, p.105):

(...) recolocar o que são reivindicações dos trabalhadores no campo da educação, a saber: a educação constitui um direito de cidadania, devendo o Estado garantir as condições e recursos para a sua efetivação; os profissionais da educação, através de suas entidades representativas, têm o direito de participar, de fato, dos processos de formulação e implantação de políticas educacionais; as políticas públicas devem assegurar a universalização da educação básica de qualidade, a democratização do acesso à educação superior pública e a valorização do profissional da educação bem como a universalização das práticas corporais orientadas cientificamente, aos bens culturais no campo do esporte ; qualquer proposta para a formação de professores de educação física tem que considerar, além dos avanços teóricos, os debates acadêmicos e as experiências inovadoras na área, principalmente as experiências que tomam como referência a educação e o esporte e lazer para além do capital; deve-se garantir a efetiva implantação da Base Comum Nacional e o exercício da autonomia universitária[...]

Toda essa reestruturação da EF no Brasil que é criticada por Taffarel por não ser amplo o suficiente para agregar todos os valores que são necessários a Educação Física, como também a fragmentação do curso em Licenciatura e Bacharelado e ainda o surgimento de cursos técnicos na área, fortalecem as fragilidades que já existentes.

No que diz respeito às relações de Gênero, o que podemos dizer é que elas se tornam evidentes principalmente nas aulas de Educação Física, em que os alunos saem do ambiente que é a sala de aula, que por características históricas tem uma organização que facilita a manutenção da ordem (a organização em filas, um olhando a nuca do outro), e vão para um ambiente aberto como uma quadra poliesportiva ou o pátio onde vivenciarão elementos da cultura corporal, para lidar com essas questões é necessário uma formação ampla do professor de Educação Física, para que essas questões não passem despercebidas durante as aulas como cita Silva (2011, p.10):

Nesse sentido, é de suma importância que os cursos de Educação Física possam trazer em seus currículos questões relacionadas à desigualdade/discriminação de gênero, que promovam uma quebra de paradigmas tradicionais de uma sociedade reforçada de preconceitos, e, que isso de fato, possa se refletir na prática docente.

Segundo Silva (2011) primeiramente o que deve acontecer é um “plano” contra hegemônico, que tenha como objetivo superar o modelo da sociedade androcêntrica em que estamos inseridos. Situações de divisão sexista durante as aulas devem ser evitadas, pois isso irá reforçar as relações que serão vividas pelos alunos fora do ambiente escolar.

Contudo a Educação Física ainda esbarra em alguns pontos como a discrepância relacionada aos conteúdos da Educação Física que vários professores reduzem a apenas a reprodução do Esporte dentro do ambiente escolar, como também, a divisão sexista das atividades (meninos jogam futebol e meninas conversam ou dançam), estes fatores contribuem para uma formação do sujeito individualista, não emancipado, que provavelmente irá dar continuidade ao modelo atual de sociedade em que vivemos.

A disciplinarização dos corpos também atravessa a formação das identidades de gênero, marcada pelo predomínio de uma tradição biológica/tecnicista arraigada na história e nas práticas da Educação Física. Essa tradição pode ser percebida nas práticas escolares na quais prevalecem a prática desportiva e a divisão das atividades entre meninos e meninas. A aula de Educação Física, desta forma, acaba fortalecendo padrões e estereótipos de gênero, produzindo sujeitos masculinos e femininos. (LIMA, 2007, p.248)

Vale ressaltar que com a evolução que vem acontecendo na Educação Física, com a reestruturação de cursos de formação, vários avanços foram alcançados, como afirma Lima (2007), ainda que praticamente não exista uma divisão física/espacial, entre meninos e

meninas, existe uma divisão simbólica, ou seja, caso aconteça uma aula livre os meninos irão jogar futebol e as meninas irão dançar.

Essa divisão simbólica é um fator que está impregnado no *habitus* dos alunos, e que cabe ao professor tentar desconstruir, ou pelo menos não fomentar valores que estão ultrapassados e que devido aos avanços nos estudos relacionados ao Gênero já deveriam estar superados, porém ainda são reproduzidos por algumas instancias como a Religião Cristã, o Estado, reforçado pelas mídias, etc. Dentro do ambiente escolar a reprodução do Esporte competitivo acarreta problemas à formação desejada do educando, cabe ao professor não ser passivo durante as aulas, por isso a importância da formação inicial e também continuada do professor, para que ele não acabe reproduzindo um modelo controverso de formação ao que ele deseja. Para, além disso, vale lembrar que o Esporte tem uma predominância masculina, pois visa o rendimento e sempre agrega um valor de virilidade, de competição exacerbada, valores estes que não são característicos para a formação escolar como afirma Lima (2007, p.251):

Desta forma fecha-se a porta para as diversas manifestações de masculinidade e feminilidade existentes, limitando as experiências a práticas generificadas e estabelecidas como “adequadas” aos meninos ou às meninas. Além de limitar o conteúdo da Educação Física aos esportes, este tipo de conduta fortalece a formação de sujeitos adequados à uma sociedade competitiva e preconceituosa. Mesmo com a consciência de que a formação dos sujeitos ocorre em diversas instâncias sociais, entre elas a escola, não podemos ignorar o papel da Educação Física, uma vez que este campo de saber trata diretamente das questões ligadas ao corpo. Cabe então repensar o papel desse conteúdo escolar, buscando novas formas de ensino e novas relações sociais.

Como foi dito muitos estudos e muitas leis já foram formuladas para tentar garantir a igualdade de gênero, isso também se aplica no ambiente escolar, entretanto, várias instancias lutam para que essa igualdade não seja alcançada, podemos tomar como base o documento publicado pelo Conselho Nacional de Educação:

Considerando que o Parecer nº 8 do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, aprovado em 6 de março de 2012 e homologado pelo Ministro de Estado da Educação (D.O.U., de 30/05/2012 seção 1, p.33 , considera que, segundo “os princípios fundadores de uma sociedade moderna, os Direitos Humanos tem se convertido em normas de luta contra as situações de desigualdades de acesso aos bens materiais e imateriais, as discriminações praticadas sobre as diversidades socioculturais, de (destaque desta Nota Pública), de etnia, de raça, de orientação sexual, de deficiências, dentre outras e, de modo geral, as opressões vinculadas ao controle do poder por minorias sociais”.(CNE, 2015).

Ainda no mesmo documento o CNE (2015) diz que caso essas singularidades não sejam respeitadas nos planos de educação os mesmos devem ser objetivos de revisão, pois estão incompletos. Apesar de leis que determinam que seja trabalhado dentro do ambiente escolar, como também no ensino superior, em vários momentos os professores acabam se omitindo e evitando tratar de um assunto de tamanha importância como as relações de gênero, e lembrando o papel emancipador que a educação deve ter esse debate não pode ser negado, como afirma Silva (2011, p.7):

Dentro de um contexto sociocultural, entendemos que as questões referentes às relações de poder como: violência contra mulher, oportunidade de emprego, diferenças salariais, autonomia financeira, discriminação e preconceito no âmbito escolar, entre outras, continuam em voga, e, apesar de serem temáticas específicas, que mereçam estudos particulares, são assuntos condicionados pelas dinâmicas de gênero. Daí a devida importância desta abordagem.

Para Saviani (1991) a escola é o lugar onde o conhecimento que foi historicamente produzido pelo homem será transmitido para os alunos, além disso, a escola é o local onde os alunos passarão do conhecimento popular para o erudito, é nesse ambiente que o aluno aprenderá o conhecimento sistematizado, portanto, a escola é o lugar onde o aluno irá receber embasamento teórico para que ele consiga estabelecer e superar as relações que irão ser corriqueiras durante sua vida. Saviani (1983) acredita que a educação deve privilegiar a classe trabalhadora que depende dela para poder transformar sua realidade social, portanto a escola tem uma função social a cumprir, a formação do homem enquanto cidadão.

A Educação Física dentro do ambiente escolar tem o papel também de transmitir os conteúdos da cultura corporal que foram construídos historicamente, contudo não cabe a Educação Física simplesmente transmitir esses conhecimentos, eles devem ser problematizados e, além disso, fazer sentido dentro de uma realidade social em que o aluno esteja inserido, portanto, abordar assuntos como preconceitos, relações sociais do trabalho, ecologia, saúde, distribuição de renda e outros, a reflexão pode possibilitar ao aluno entender a realidade social, segundo Coletivo de Autores (1992, p.63), “cabe à escola promover a apreensão da prática social. Portanto, os assuntos devem ser buscados dentro dela”.

CAPÍTULO II

INVESTIGANDO A CATEGORIA GÊNERO NO CURRÍCULO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

2.1 O PROJETO POLÍTICO CURRICULAR: DA CRÍTICA AO SILÊNCIAMENTO

O curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Goiás - UFG tem como foco principal a formação de professores para atuarem no campo educacional em diversas áreas de conhecimento como aponta o Projeto Político Pedagógico-PPP Faculdade de Educação Física e Dança FEFD / UFG (2015, p.25):

Formar professores para atuar na Educação Básica com capacidade para agir nas diferentes manifestações e expressões culturais do movimento humano, com ênfase na produção de conhecimento e fomento da intervenção acadêmico-profissional no sistema educacional básico, no esporte educacional e nas práticas educativas de saúde e lazer social que interagem historicamente, no cotidiano com a escola, com a cultura e com a sociedade.

A composição da carga horária é de 3.255 horas e duração mínima de oito semestres e máxima de 14, para a conclusão do curso ainda são necessárias 400 horas de estágio curricular obrigatório, a partir, do 5º período, 200 horas de atividades complementares e ainda a apresentação do trabalho de conclusão de curso que é a pesquisa de algum objeto, a definir do acadêmico e orientador que esteja relacionado com o campo de estudo da Educação Física.

O curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Goiás foi criado em hum de setembro de 1989 e foi reconhecido pelo MEC em 1994 sendo que desde a sua criação o currículo da FEFD sempre teve propostas relacionadas aos compromissos históricos e sociais pertinentes a áreas que abrangem a atuação dos professores de Educação Física, podemos citar dentre elas o papel da escola diante uma sociedade de classe, a Educação Física como projeto de transformação social e a Educação de forma geral a partir da teoria crítica do conhecimento, entretanto, também manteve uma atenção especial para formar um professor generalista que conseguisse atuar em outras áreas sociais, buscando assim uma formação completa, esse currículo sempre foi considerado inovador por suas propostas, como identificamos no PPP FEFD como explica o próximo trecho no que diz respeito à localização acadêmica e profissional, ao conceito de currículo e formação de professores, organização do trabalho pedagógico, áreas de aprofundamentos de estudos e superação do paradigma da

aptidão física quanto ao processo seletivo de ingresso no curso, assim explica o próximo trecho (2015, p.2):

a) localização da área acadêmica e profissional (única experiência curricular no Brasil) no interior das ciências humanas e sociais contrapondo, assim, a tradição conservadora de situar a formação na área de ciências biológicas e/ou ciências da saúde, cuja ação político-pedagógica delimitou um importante marco referencial de orientação curricular no País mas, que, somente agora, passa a se constituir em perspectiva possível para outros cursos; b) implementação do conceito de formação de docência ampliada e currículo estruturado por campos de conhecimentos multidisciplinares; c) implementação de um novo modelo de organização pedagógica fundada a partir de um eixo epistemológico que teve, como referência, a motricidade humana, o trabalho e a práxis pedagógica como elementos nucleares da estrutura curricular; d) introdução do aprofundamento por campos temáticos (áreas de aprofundamento de estudos) no contexto da graduação superior; e) supressão, de forma pioneira, do processo seletivo (vestibular) baseado na aptidão físico-orgânica dos candidatos com o deslocamento do corte avaliativo do vestibular (centrado na área biológica) para a área de história e língua portuguesa.

Entendemos que a FEFD foi protagonista de um grande avanço no campo da Educação Física quando entende a mesma no campo das ciências humanas e sociais tendo como objetivo criar um curso com o foco na emancipação humana e a superação das relações de dominação na sociedade, portanto, podemos perceber isso no documento PPP FEFD (2015, p.7):

Ressalte-se, porém, que a sustentação dessa luta e da ação política exige e necessita da apropriação de instrumentos metodológicos e conceituais que possam conduzir à direção objetivada, caso contrário, restará apenas o discurso performático, sem forças para alterar a realidade. Neste sentido, formar professores de Educação Física no e para o Brasil, significa formá-los para intervirem na escola, na vida social brasileira e, conseqüentemente, sobre as determinações colocadas pelo contexto mundial.

Com o tempo e com as mudanças no cenário político educacional no Brasil novas demandas pedagógicas surgiram para o campo da formação de professores e no campo do currículo. Durante as discussões internas que eram realizadas dentro da universidade novos desafios foram surgindo, assim foram necessárias novas alternativas para aproximar as competências profissionais docentes à prática educacional e social no sentido de acompanhar estas novas demandas, como podemos observar as novas competências no PPP FEFD (2015, p.4):

Nos debates ocorridos foram considerados “pontos de estrangulamentos” do currículo: a) as áreas de aprofundamentos, com destaque para o Aprofundamento em Educação Física Popular (raio de abrangência); b) a necessidade de conhecimentos que deveriam fortalecer a extensão universitária (oficina experimental); c) a ampliação da carga horária dos

conteúdos direcionados para o esporte; e, d) os pressupostos de que a disciplina Didática e Prática de Ensino deveria ocorrer ao longo do curso garantindo, em decorrência disto, a possibilidade de esta disciplina realimentar todo o currículo (processo educativo) do ponto de vista do ensino crítico-reflexivo e de ações propositivas, entre outras questões.

Desde a criação do curso de Educação Física o mesmo veio assumindo o compromisso com a superação das desigualdades sociais, buscando uma formação bem estruturada. Porém no campo do currículo a nível nacional aconteceram diversas mudanças de concepções o que não refletiu na proposta curricular e no compromisso acadêmico e social da FEFD no compromisso acadêmico e social desta instituição mantendo as seguintes características:

Face aos antigos compromissos assumidos na formação do educador e às novas determinações inscritas na realidade educacional e social, o projeto de mudanças curriculares de licenciatura em educação física da FEF/UFG apresenta, como finalidades: a) contribuir para o processo de formação garantindo, ao futuro professor, as devidas competências para pensar, questionar e intervir para superar as práticas equivocadas, inadequadas e desnecessárias ao desenvolvimento da formação humana. Diante disto, o sentido crítico-reflexivo e autônomo deve embasar a formação com uma formação teórica e interdisciplinar fundamentada no trabalho pedagógico e na produção de conhecimentos (científicos e culturais) enquanto horizontes da capacitação do professor de educação física; b) reafirmar os compromissos sociais que objetivem a superação das injustiças sociais, da exclusão, da discriminação, da alienação do homem inscritos na cultura corporal humana; c) fortalecer os conteúdos e os elementos presentes no currículo que garantam a identidade da área no projeto de formação do profissional-docente em Educação Física. (PPP FEFD, 2015, p.5).

O curso da FEFD tem como foco a produção de conhecimento científico, a pesquisa e também a intervenção dos profissionais no campo educacional, enfatizando no decorrer do seu PPP a transformação social em busca de uma sociedade igualitária, podemos perceber isso em seu objetivo geral do curso:

Formar professores com capacidade para atuarem nas diferentes manifestações e expressões culturais do movimento humano, com ênfase na produção de conhecimento e fomento da intervenção acadêmico-profissional no sistema educacional básico, no esporte educacional e nas práticas educativas de saúde e lazer social que interagem historicamente e no cotidiano com a escola, cultura e a sociedade. (PPP, 2015, p.20).

Segundo o PPP FEFD (2015), o curso de licenciatura em Educação Física prioriza que os professores devem ser levados a compreender o ambiente escolar em sua totalidade, atuando assim nas gestões de políticas educacionais, no planejamento pedagógico como também nas avaliações, criando e recriando durante suas aulas os saberes relacionados à área

da Educação Física Escolar, como também atuar e refletir criticamente acerca de sua função formadora, pedagógica, científica, política e social.

Essa formulação envolve a necessidade de compreender a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo e, por consequência, a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica cujo ponto de referência, cujo compromisso, seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação. (SAVIANI, 2008, p.93).

A proposta de avaliação que está presente no PPP FEFD (2015) é apresentada como uma ferramenta norteadora para os professores formadores conforme uma ferramenta que auxiliará na qualificação dos futuros professores que estão sendo formados, como é citado no PPP-FEFD (2015, p.25):

A avaliação deve ter como finalidade orientar a organização do trabalho pedagógico dos professores formadores, conforme os princípios e objetivos estabelecidos pelo projeto político-pedagógico, possibilitar a reflexão do currículo em ação, assim como, favorecer a autonomia dos futuros professores em relação ao seu processo de aprendizagem no que se refere à qualificação científica, cultural, ético-política e didático-pedagógica, de profissionais em condições de iniciar a carreira.

No documento em questão ficou evidente que o curso tem uma ênfase na produção científica como também na pesquisa, segundo o PPP FEFD (2015) ao final do curso será exigido à elaboração de uma produção científica orientada por um professor e apresentada a uma banca avaliadora como critério para finalização do curso superior.

A FEFD tem uma proposta de formação de professores que é fundamentada em uma proposta pedagógica crítica, que visa à superação do modelo atual de sociedade em que vivemos. Nesse sentido professores não compreendem os alunos como um mero ouvinte dentro de sala de aula, ao contrário, os alunos são o foco principal e o professor deve buscar diferentes estratégias para que sua aula contemple a pluralidade que ele encontrará em sala de aula. Os professores devem adotar diferentes propostas para a apresentação dos conteúdos aos alunos, pois serão esses conteúdos que sustentarão os embates sociais, políticos e culturais que os futuros professores enfrentarão no dia-a-dia, como demonstra o PPP FEFD (2015, p.7):

Ressalte-se, porém, que a sustentação dessa luta e da ação política exige e necessita da apropriação de instrumentos metodológicos e conceituais que possam conduzir à direção objetivada, caso contrário, restará apenas o discurso performático, sem forças para alterar a realidade. Neste sentido, formar professores de Educação Física no e para o Brasil, significa formá-los para intervirem na escola, na vida social brasileira e, conseqüentemente, sobre as determinações colocadas pelo contexto mundial.

Com intuito de buscar evidências do trabalho com as relações de gênero no currículo da FEFD optamos por analisar o PPP do curso de licenciatura em Educação Física, por esse

ser um dos documentos que devem nortear o trabalho pedagógico e orientar a formação dos futuros professores. O objetivo de analisar o PPP da FEFD é de identificar a proposta de superação das relações de Gênero postas nessa sociedade e reproduzida no ambiente escolar.

Os “estudos de gênero”, se voltados para um real compromisso com a emancipação das mulheres, não devem se limitar a categoria meramente analítica e descritiva, mas possuir um caráter político, que redunde em ações concretas transformadoras. Para tanto, o gênero não sobrevive sem o sustentáculo de teorias sociais, e nesta perspectiva, a marxista. (CISNE, 2002, p.7)

No que diz respeito ao tema do nosso estudo, que são as relações de Gênero, não encontramos nada específico, porém, o documento apresenta avanços quando fala sobre a superação dos padrões sociais, quando reconhece as diferenças de classes sociais e as diversidades:

Como prática ou intervenção profissional, a Licenciatura em Educação Física deve configurar-se como docência no sentido amplo, entendendo-a como um tipo de ação educativa que se caracteriza por procedimentos metodológicos fundados em bases culturais, científicas, estéticas, éticas e sociais do corpo, direcionadas para a formação social e humana, tanto na área de educação formal, como nos diversos lugares da vida social. (PPP FEFD, 2015 p.14).

Podemos entender a construção social do corpo como uma conceituação de gênero, pois como afirma Haraway (1989) em seu trabalho o gênero é construído a partir das relações sociais que são estabelecidas, ou seja, ninguém nasce com o gênero definido, ele é construído nas relações que são estabelecidas no seu convívio em sociedade. Essas relações sociais elas se apresentam na escola, assim como nos cursos de formação de professores, pesquisas demonstram que ainda há uma barreira entre os professores e sua prática docente com relação ao conteúdo de Gênero. Mesmo que os PCNS sinalizem para o trabalho com este conteúdo enquanto temas transversais percebemos ainda uma limitação nos cursos de formação de professores diante desta problemática. Jacob (2013, p.36) fala da importância desse tema estar presente na escola, mas sabemos também o quanto é importante na formação inicial dos professores no sentido de despertar para as problemáticas sociais que o tema carrega.

Mas, sabendo da cruel realidade e particularidade vividas pelas mulheres negras, é importante dizer que nada de concreto e substancial foi ressaltado sobre elas na lei citada anteriormente, tampouco nos Parâmetros Curriculares Nacionais PCN's. Apesar de concordarmos que a escola cumpre um papel de manutenção da hegemonia, também acreditamos que a mesma é um local onde as tensões e preconceitos podem ser discutidos a partir da premissa do respeito às diferenças existentes e estas discussões podem e devem acontecer a partir das propostas curriculares.

Em outro trecho do documento ele traz um conceito que também não é claro, porém pode ser compreendido como uma questão relacionada ao Gênero que permeia a sociedade, pois segundo PPP (2015, p.5) “compromissos sociais que objetivem a superação das injustiças sociais, da exclusão, da discriminação, da alienação do homem inscritos na cultura corporal humana”, como observamos podemos incluir as relações desiguais de gênero como uma das várias formas de injustiça social, pois sabemos que as desigualdades de gênero perpassam por diversos ambientes sociais que afetam a escolaridade das mulheres, qualidade de vida, acesso a saúde e ⁸equidade no trabalho. Sendo assim importasse fazermos o exercício de reflexão diante as questões construídas cultural e socialmente, assim alerta Jacob (2013, p.38).

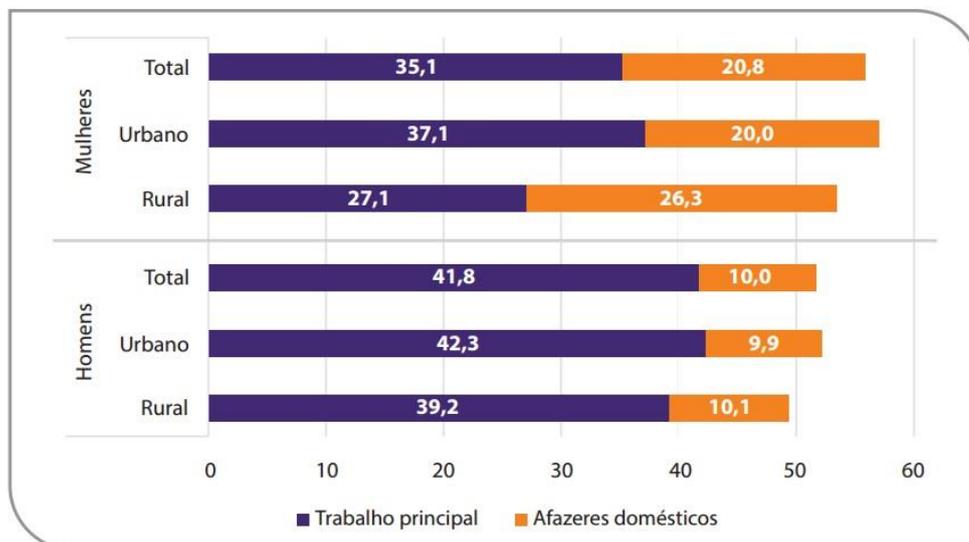
Ao longo dos anos, aprendemos e incorporamos o poder/ordem masculino de forma/esquema inconsciente de percepção e apreciação. Para que isso não ocorra, devemos fazer exercícios de reflexão explorando as formas em que classificamos e construímos o mundo.

Em outro trecho do documento o mesmo reafirma o compromisso com as desigualdades sociais, com as relações de preconceito e de dominação onde podemos relacionar com as questões de Gênero que permeia a sociedade, pois segundo PPP (2015, p.5) “compromissos sociais que objetivem a superação das injustiças sociais, da exclusão, da discriminação, da alienação do homem inscritos na cultura corporal humana” como observamos podemos incluir as relações desiguais de Gênero como uma das várias formas de injustiça social, pois sabemos que as desigualdades de gênero perpassam por diversos ambientes sociais que afetam a escolaridade das mulheres, qualidade de vida, acesso a saúde e ⁹equidade no trabalho.

Fica evidente que o PPP da FEFD tem o intuito de combater os conflitos sociais, enquanto não é possível erradicar essa desigualdade entre homens e mulheres, seja ela no mercado de trabalho, nas relações sociais cotidianas, e claro nas questões de violência contra a mulher. Como podemos observar no gráfico a seguir sobre a exploração das mulheres com relação no mercado de trabalho encontradas no livro Raseam (2014, p.21):

⁸ Equidade é o substantivo feminino com origem no latim *aequitas*, que significa igualdade, simetria, retidão, imparcialidade, conformidade.

Gráfico 3.6 – Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal e média de horas gastas em afazeres domésticos pelas pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo a situação do domicílio – Brasil – 2012

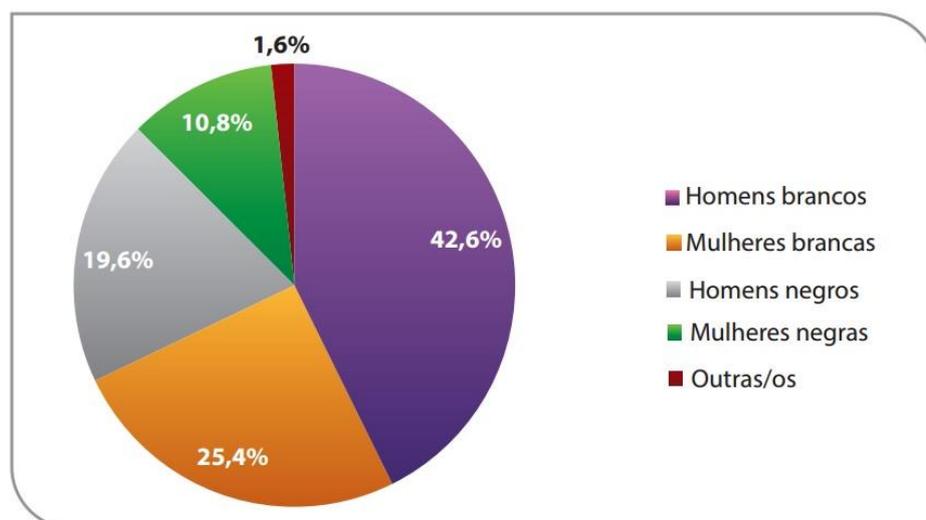


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Observação: Ver tabela 3.21 do Anexo Estatístico.

O que percebemos é que de forma geral analisando toda a jornada de trabalho as mulheres continuam trabalhando mais que os homens, outra estatística que o documento trás são os números de pessoas divididos por sexo, raça e cor RASEAM (2014, p.47):

Gráfico 7.4 – Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção, por sexo e cor ou raça – Brasil – 2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Observação: Ver tabela 7.24 do Anexo Estatístico.

O que o gráfico demonstra é que os homens ainda dominam grande parte dos cargos de chefia 62,2%, essa disparidade atualmente não tem explicação levando em consideração que as mulheres têm as mesmas competências para assumir esses cargos.

Portanto percebemos que uma das formas de mudar estas estatísticas é proporcionando uma formação na educação básica que rompa com os estereótipos que vão refletir diretamente na vida adulta destes jovens que estão sendo formados. Para isto os professores devem ter a formação necessária este tipo de debate na sala de aula.

De forma geral observamos que a proposta crítica de trabalho do PPP FEFD é superar esse modelo atual de organização da sociedade que é desigual, visando assim uma reestruturação em busca de uma sociedade igualitária. A ideia é fornecer aparato teórico-metodológico aos professores para que eles possam formar sujeitos críticos, emancipados, guias de suas próprias histórias, porém, não foi encontrado nada específico ou direcionado para as relações de gênero e apesar deste debate ter entrado em maior evidência a partir dos últimos dez anos ainda percebemos o silenciamento destas questões tão importantes para a emancipação das mulheres.

2.2 - Identificando o Gênero nos Planos de Ensino

Com o objetivo investigar a proposta de trabalho para as relações de Gênero no currículo da FEFD nos voltamos agora para as disciplinas da grade curricular da FEFD. A metodologia utilizada para esta investigação foi perceber qual disciplina havia a presença do debate de Gênero nas referências bibliográficas como também enquanto objetivos pedagógicos. Procuramos a secretaria do curso de Licenciatura e a coordenação pedagógica nos indicou duas disciplinas com as quais poderíamos encontrar tanto nos objetivos quanto nos referenciais teóricos questões relacionados com o debate de Gênero sendo estas disciplinas uma de Núcleo Livre (nome da disciplina) e outra na grade curricular fixa da FEFD-UFG denominada de (nome da disciplina).

Em nossa análise do Plano de Ensino da disciplina Gênero, Sexualidade e Prática Pedagógica, ofertada como núcleo livre para contemplar uma formação ampliada encontramos a partir do referenciais teóricos que a linha de trabalho do Gênero é a construção a partir das relações sociais.

Quando observamos os seguintes trechos do documento, Oliveira (2015, p.1) “Esta disciplina pretende instrumentalizar os (as) estudantes dos cursos de licenciatura a cerca das problemáticas de gênero e sexualidade presentes no cotidiano e na prática pedagógica” percebemos que a disciplina tem o comprometimento de ampliar e contribuir com a formação dos futuros professores a partir das problemáticas e o tema traz.

Quanto aos objetivos da disciplina percebemos que esta disciplina tem enquanto compromisso o estudo sobre a legislação vigente sobre as relações de Gênero e sexualidade, onde analisamos de fundamental importância para a formação de professores uma vez que este elemento implementa as políticas educacionais, assim explica o documento; “Tem como objetivo também proporcionar conhecimento sobre as discussões acadêmicas, das legislações vigentes, bem como das políticas educacionais que contemplam as temáticas gênero e sexualidade” (2015, p.1)

Nós acreditamos que baseado nas propostas das políticas educacionais relacionadas às questões de Gênero, como também as propostas encontradas no Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Goiás, a disciplina trabalha com um conceito de Gênero que se constrói a partir das relações sociais, pois encontramos dentre os referenciais a autora Scott que trabalha Gênero a partir de uma perspectiva social, como também Mendes (2009, p.241) que afirma que “Tal aproximação se verifica, por exemplo, no conceito ideologia de gênero, que traz a ideia de formação das subjetividades e das identidades nos e pelos processos sociais”.

A disciplina é dividida em três unidades, na primeira unidade da disciplina faz à aproximação do tema a realidade dos alunos, trazendo assim as discussões acadêmicas acerca da temática gênero e sexualidade, já na segunda unidade é feita a introdução das Legislações e políticas educacionais vigentes que contemplam as discussões de gênero e sexualidade. Mas é na terceira unidade que a disciplina proporciona um grande salto de qualidade quando instrumentaliza os futuros professores a incluir nos planos de trabalho a identificação para se incluir a temática gênero e sexualidade na prática pedagógica dos futuros professores.

Pois como afirma Santos e Silva (2015, p.11) “Uma prática intercultural caminha em direção a um ensino que considera verdadeiramente a vida dos estudantes, abrindo espaço não só para a diversidade de gênero, mas para a diversidade de etnia, classe social e raça presentes na sociedade contemporânea.”

Em sua bibliografia podemos perceber que a disciplina trabalha com grandes autores que fazem o debate dessa questão, como por exemplo, Judith Butler, Guacira Louro, Helena Altmann.

Já com a disciplina “Antropologia do Corpo” na Faculdade de Educação Física e Dança, não conseguimos encontrar a concepção de Gênero que é trabalhado em sua disciplina, entretanto, o próprio nome da disciplina, Antropologia do Corpo, nos remete a um conceito de estudo aprofundado do corpo que o próprio documento trás na ementa do mesmo, o seguinte conceito “Estudo da corporeidade humana enquanto fenômeno social gerador de expectativas e respostas sociais”, no mesmo documento encontramos também como objetivo da disciplina o seguinte quesito “Compreender e problematizar a relação do corpo com a Educação Física, a partir de perspectivas social e cultural”.

Em ambos os trechos do documento citados acima juntamente com o que encontramos no PPP FEFD (2015, p.5) “reafirmar os compromissos sociais que objetivem a superação das injustiças sociais, da exclusão, da discriminação, da alienação do homem inscritos na cultura corporal humana” nos leva a acreditar que a disciplina tem uma característica crítica e que não trabalha com um corpo que é puramente biológico, portanto também não trata o Gênero como algo biológico, mas sim que se constrói através das relações que se estabelecem cotidianamente em sociedade, como afirma Cisne (2002, p.4):

A categoria gênero deve ser percebida para além de uma construção cultural, uma vez que a cultura não é natural. Não só o gênero deve ser historiado, mas também a cultura e a sociedade. Não de forma isolada, mas inter-relacionadas, analisando as autodeterminações. Afinal, a cultura é determinada nas e pelas relações sociais, não de forma linear, homogênea ou fragmentada em exacerbações de diferenças, mas dentro das contradições que determinam a produção e a reprodução desta sociedade.

Portanto avaliamos que devido a evidências que foram encontradas no plano de ensino juntamente com a proposta da FEFD o documento da disciplina em questão trabalha a construção do corpo como também as relações de Gênero a partir de uma teoria crítica que vem de encontro com os conceitos que são trabalhados pelos autores que utilizamos como suporte para esse trabalho.

Retomando o conceito de superação que é encontrado diversas vezes no PPP FEFD (2015) e observando que no plano de ensino se torna evidente que a disciplina tratará questões relacionadas a Gênero e Sexualidade como conteúdo programático, ressaltamos que a disciplina deverá oferecer aparato teórico-metodológico para os professores em formação intervirem no campo de atuação, para conseguir chegar a tal objetivo a professora se propõe a trabalhar com as seguintes ferramentas que são apresentadas em seu plano de ensino (2015, p.2) “Aulas expositivas e dialogais, trabalho coletivo e individual, apresentação de vídeos/documentários e debates, dinâmicas educativas, leituras, discussões, problematizações e análises”.

A disciplina não apresenta divisão em módulos ou unidades. Como método avaliativo fica claro que é contínua e processual, e que terá duas avaliações para formação da nota, a primeira será individual, onde o aluno deverá elaborar um texto falando sobre a importância da disciplina em sua formação acadêmica e atuação profissional, a segunda avaliação é coletiva, onde os alunos deverão elaborar uma aula, a partir de textos indicados pela professora.

A bibliografia que é utilizada para fundamentar o trabalho da disciplina Antropologia do Corpo não tem nenhum autor em comum com a que é utilizada e nosso trabalho, no entanto a professora trabalha com grandes autores, dentre eles podemos citar o sociólogo e historiador Jeffrey Weeks que tem diversas publicações sobre sexualidade, José Carlos Rodrigues que foi o primeiro brasileiro a analisar o corpo como sendo um sistema simbólico como também Silvana Vilodre Goellner que dentre várias discussões que faz em sua bibliografia também trabalhou corpo, gênero e sexualidade.

2.3 - A escuta das formadoras e suas diferentes concepções

Para uma maior averiguação dos dados encontrados nas análises dos documentos a segunda estratégia de investigação foram as entrevistas semi-estruturadas das professoras que trabalham com as questões de Gênero de forma específica nos planos de ensino. Para melhor organizar e compreender as entrevistas nomeamos em professora A e professora B. Esta análise será feita a partir do referencial teórico apresentado no primeiro capítulo deste estudo.

Na questão número um fizemos a seguinte pergunta “Qual a sua formação acadêmica?” Ambas as professoras são Gradudas em Educação Física, no entanto a professora A é graduada pela Universidade Estadual de São Paulo - UNESP de Rio Claro, mestre na mesma universidade em Sociologia, porém só se envolveu nas questões relacionadas a Gênero quando fez o seu doutorado na Universidade de São Paulo - USP.

Já a professora B fez o seu mestrado na Faculdade de Ciências Sociais da UFG na área de Antropologia e agora recentemente foi aprovada no Doutorado pela Universidade de Brasília - UNB.

A segunda questão da entrevista era a seguinte “Você avalia ser importante o conteúdo de Gênero no currículo da Educação Básica? Por quê?” A professora A respondeu de forma mais pontual, ela diz que acha a discussão importante sim no currículo da educação básica, no entanto, limitou sua resposta a discussão apenas do currículo, como no momento em que ela diz “que eu acho que essa discussão é interessante, acho que a melhor proposta dos PCN’s, dos parâmetros curriculares nacionais quando trás essa discussão de gênero de sexualidade, não a forma conteúdo como essa discussão vem, mas a proposta de temas transversais” já a professora B também diz ser de suma importância trabalhar as relações de Gênero dentro de sala de aula, podemos perceber isso em sua fala na entrevista:

[...]eu acho assim, de suma importância tanto é que a proposta da disciplina de núcleo livre foi pensando nisso, por que eu dei aula em escola, quando eu formei eu fiquei uns 3 anos dando aula em escola e eu sei o quanto é complicado essas questões dentro da escola assim, que ocorrem com as crianças, e do grupo, os professores, tanto a coordenação o grupo de gestores, não conseguem lidar com essa temática, e ai a minha proposta de núcleo livre foi exatamente isso pra abarcar os cursos de licenciatura de modo geral aqui da UFG[...]

Percebemos então que enquanto a professora A não entende a categoria Gênero como conteúdo e sim como tema transversal limitando apenas ao que se propõem os PCN’s, a professora B identificou uma deficiência durante o período em que permaneceu na Educação Básica, propôs uma forma de tentar diminuir essa lacuna que segundo ela existe quando esse debate é realizado dentro da escola. Percebemos então que ambas concordam quando se trata

do trabalho dessa temática dentro da escola, ambas falam da importância de desnaturalizar tudo que historicamente foi colocado como natural, ou único isso aparece em diversos momentos na aula de Educação Física, como afirma Lima e Dinis (2007, p.249):

Cabe ressaltar que essa divisão física/espacial entre meninos e meninas quase não ocorre mais nas aulas de Educação Física, mas permanece a divisão cultural e simbólica quando em uma aula livre, por exemplo, o professor ou a professora deixam os alunos e alunas realizarem qualquer atividade, neste momento a divisão de papéis sociais fica clara, pois os meninos jogam, via de regra, futebol e as meninas dançam ou conversam fora da quadra esportiva destinada às aulas. Essa segregação dos indivíduos pode ocorrer das mais diversas formas: através de práticas corporais, gestos da professora, do professor ou dos alunos e alunas e também através dos silêncios, das ausências.

São nesses momentos que percebemos que os professores que tiveram uma formação que tenha trabalhado essas questões relacionadas às relações de Gênero terão aparato teórico/metodológico para intervir nessa situação, ao invés de apenas se omitir e reforçar essas situações “naturais”. No entanto ainda pode acontecer do professor decidir por não trabalhar essas relações dentro de sala de aula, reforçando ou “naturalizando” estereótipos que devem ser desconstruídos pela Educação, como afirma Lima e Dinis (2007, p.251):

A persistência de uma Educação Física que não reflete sobre suas práticas e seu papel na formação de seus alunos e alunas acaba, através de seu silêncio, colaborando para a formação dos estereótipos de homem e mulher, mantendo assim uma postura supostamente neutra, ajudando na formação de uma consciência coletiva de que ser homem e ser mulher atende a determinados padrões e regras normatizadas de conduta.

Portanto, como a própria professora B disse *“as pessoas estão aí e as pessoas são diferentes e as crianças têm que saber que existe o diferente, que não existe só aquilo que ela tá acostumada a ver e escutar e que é a verdade delas, do pai, da igreja, da escola”*.

A terceira questão se refere à importância de se trabalhar as relações de Gênero no ensino superior, a professora “B” já inicia sua fala com uma chamada de atenção no que diz respeito ao currículo da FEFD UFG, salientando que ele não se propõe a trabalhar nada no que diz respeito às relações de Gênero, quando surge alguma disciplina que no caso é um núcleo livre, essa proposta parte da vontade dos professores, e que ela enquanto aluna da Universidade também não viu isso ser trabalhado como tema transversal em nenhuma disciplina durante a sua graduação que foi cursada na própria FEFD UFG.

Já a professora “A” defende que tem que ser trabalhado sim, mais não necessita de uma disciplina específica, pode ser tratado como tema transversal dentro do curso de Ed

Física. Segundo a própria professora é necessário que os professores se “apoderem” desse conhecimento para que saibam intervir quando houver necessidade.

O que observamos é que existem duas opiniões iguais, quando se trata de que deve sim se trabalhar as relações de Gênero no currículo do ensino superior, no entanto as duas se divergem quando a professora “B” diz que deve existir uma disciplina específica, e a professora “A”, diz que não há necessidade, que isso pode ser trabalhado como tema transversal. Na bibliografia estudada, os autores não defendem que deva existir uma disciplina específica para tratar o tema específico de Gênero, segundo Santos e Silva (2015, p.10), nas considerações que foram feitas em seu trabalho que buscou no interior de uma instituição no curso de Ed. Física o que estava sendo trabalhado sobre gênero e chegaram a seguinte conclusão:

A partir das aulas observadas e entrevistas realizadas podemos perceber que apenas uma disciplina apresenta como tema central a discussão de questões concernentes à temática de gênero, porém em todas as outras disciplinas constatamos que esta temática se apresenta de forma transversal, estando presente nas falas de discentes e docentes. Cabe observar que na maioria das vezes, tratar desta temática depende da iniciativa e da sensibilidade do professor, não sendo contemplada nas ementas e programas das disciplinas oferecidas pelo curso.

No entanto pode se perceber que as outras disciplinas também trabalharam o tema, só que como tema transversal, mediante isso observamos que tanto a professora “A” como a “B” tem propostas avançadas de ensino, uma por defender a disciplina específica, pois ela identificou essa deficiência dentro do ambiente escolar em que ela trabalhou, como em sua formação acadêmica, e a professora “A” por defender que essa disciplina seja trabalhada por temas transversais dentro das disciplinas que já estão presentes no currículo da FEFD.

Diante dessa perspectiva apresentada pelas duas professoras e resgatando a proposta presente no PPP da FEFD que é de tentar superar os preconceitos sociais buscando assim formar uma sociedade igualitária, buscamos a ideia de Silva (2011, p. 9) quando ele diz que:

O ensino superior não deve ser visto e tratado como um mero formador de profissionais para o mercado de trabalho, embora haja algumas áreas que trabalhem sob este viés. Entretanto, entendemos que uma das principais funções da Universidade seja a formação de cidadãos críticos e autônomos, que saibam refletir e questionar tudo que o cercam na sociedade.

O mesmo autor ainda afirma que:

Nesse sentido, é de suma importância que os cursos de Educação Física possam trazer em seus currículos questões relacionadas à desigualdade/discriminação de gênero, que promovam uma quebra de paradigmas tradicionais de uma sociedade reforçada de preconceitos, e, que isso de fato, possa se refletir na prática docente. (SILVA, 2011, p.10).

Portanto o que foi encontrado em ambas as entrevistas é que independente de qual seja a melhor forma de se trabalhar as relações de Gênero presentes nas falas das professoras, o que pudemos identificar é que as duas concordam que a temática deve ser abordada no currículo do curso de Licenciatura em Educação Física.

Como quarta questão do questionário fizemos a seguinte pergunta “Qual sua concepção sobre as relações de Gênero que você aborda no seu plano de ensino e nas suas aulas?” Podemos dizer então que as professoras “A” e “B” se aproximam em suas respostas, no entanto também se distanciam. Enquanto a professora A diz que durante sua disciplina faz um apanhado de conceitos que foram criados a partir de estudos feministas e vai traçando uma linha até chegar ao ponto máximo da disciplina que é onde ela discute a teoria Queer¹⁰, apesar dessa teoria trabalhar com a construção do gênero a partir das relações sociais que são estabelecidas, o que vai de encontro com a concepção de Gênero que é trabalhada pela professora “B” que trabalha com a autora Butler uma das principais autoras que se propôs a estudar essa nova abordagem. O que transparece é que a professora “B” foca seus estudos mais direcionados a desconstruir o que é colocado como natural, enquanto a teoria Queer tem uma abrangência muito maior, incluindo gays, lésbicas, transexuais, como afirma Vieira, (2015):

É importante notar que a Teoria Queer não propõe um modelo “queer” de mundo. O queer é justamente o estranho. É aquele que se narra ou é narrado fora das normas. A Teoria Queer propõe o questionamento às epistemes (pressupostos de saber), ao que entendemos como verdade, às noções de uma essência do masculino, de uma essência do feminino, de uma essência do desejo. Para a Teoria Queer é preciso olhar para esses conceitos e tentar perceber que não se tratam, de forma alguma de uma essência, ou mesmo, que não há uma ontologia do todo, mas, no máximo, uma relação de mediação cultural dos marcadores biológicos.

Percebemos então que a teoria Queer se mostra com uma abrangência maior do que os estudos de Gênero que se prendem a uma perspectiva binária, se limitando apenas em homens e mulheres, ou mais precisamente focando sempre nos estudos relacionados às mulheres, enquanto a teoria Queer muda o foco dando uma maior ênfase nas minorias.

¹⁰ A teoria queer, oficialmente queer theory (em inglês), é uma teoria sobre o gênero que afirma que a orientação sexual e a identidade sexual ou de gênero dos indivíduos são o resultado de um constructo social e que, portanto, não existem papéis sexuais essenciais ou biologicamente inscritos na natureza humana, antes formas socialmente variáveis de desempenhar um ou vários papéis sexuais. Disponível em <<https://coperadoresdaverdade.wordpress.com/tag/heteronormatividade>> acesso em 1 de fevereiro de 2016.

No entanto as teorias se aproximam quando não compactuam com a ideia de Gênero enquanto perspectiva biológica, podemos observar o conceito de Gênero para Scott a partir da obra de Senkevics (2012):

Scott conclui que gênero é uma percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira de pensar engessada e dual. Scott não nega que existem diferenças entre os corpos sexuados. O que interessa a ela são as formas como se constroem significados culturais para essas diferenças, dando sentido para essas e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas.

Portanto as professoras trabalham com conceitos que se aproximam, no entanto a proposta que é apresentada pela professora “A” se torna mais abrangente do que a proposta da professora “B”. Não ficou evidente se essa foi uma estratégia pedagógica, por uma matéria ser um componente curricular obrigatório e a outra ser um núcleo livre, ou se as professoras tem realmente visões distintas no que diz respeito à pluralidade que esse conceito Gênero pode abranger.

A quinta questão do questionário foi “Quais os limites e avanços que você percebe sobre as relações de Gênero na formação inicial do curso de Licenciatura da FEFD UFG?” As respostas das professoras foram praticamente iguais no que diz respeito a avanços e limitações que elas perceberam no que diz respeito às relações de Gênero na formação inicial na FEFD.

A professora “A” diz que o que ela vê como limite é que sempre essa discussão vem de uma forma pontual, ou é um núcleo livre, ou é algum professor que estuda essa temática e insere ela durante suas aulas, ela vê a falta de uma disciplina específica como um limite, o que torna o debate sempre não oficial, porém segundo a própria professora essa discussão não é oficial em nenhum currículo. O fato da discussão não ser trabalhada por quase nenhum professor ou professora pode se tornar uma lacuna grande na formação. Portanto avaliamos ser importante que essas temáticas sejam trabalhadas na formação inicial como salienta Santos e Silva (2015, p.9):

Sendo a formação inicial de educadores um momento crucial para que os futuros docentes possam despertar para as questões da diversidade, da diferença e acerca das relações de poder existentes na nossa sociedade, esta etapa de formação necessita acompanhar as transformações que ocorrem no mundo hodierno e a educação intercultural oferece discursos e estratégias que contemplem estas temáticas.

E ainda baseado nos estudos de Santos e Silva (2015, p.10) observamos que o mesmo problema que é indicado por ambas às professoras é encontrado no campo de estudo dos autores durante sua pesquisa:

A partir das aulas observadas e entrevistas realizadas podemos perceber que apenas uma disciplina apresenta como tema central a discussão de questões concernentes à temática de gênero, porém em todas as outras disciplinas constatamos que esta temática se apresenta de forma transversal, estando presente nas falas de discentes e docentes. Cabe observar que na maioria das vezes, tratar desta temática depende da iniciativa e da sensibilidade do professor, não sendo contemplada nas ementas e programas das disciplinas oferecidas pelo curso.

A professora “B” em sua fala ressalta que os alunos tem medo de estudar essa temática e serem taxados como homossexuais, que pela falta de contato com a temática os alunos não têm essa sensibilidade, e a Educação Física acaba limitando seu campo de trabalho como afirmam Lima e Dinis (2007, p.251):

Além de limitar o conteúdo da Educação Física aos esportes, este tipo de conduta fortalece a formação de sujeitos adequados à uma sociedade competitiva e preconceituosa. Mesmo com a consciência de que a formação dos sujeitos ocorre em diversas instâncias sociais, entre elas a escola, não podemos ignorar o papel da Educação Física, uma vez que este campo de saber trata diretamente das questões ligadas ao corpo. Cabe então repensar o papel desse conteúdo escolar, buscando novas formas de ensino e novas relações sociais.

Quanto aos avanços, as professoras não falaram muito, segundo a professora “B” ela vê como avanço quando ela consegue mudar a concepção preconceituosa que algum aluno venha a demonstrar durante suas aulas e a professora “A” disse que os avanços são vistos em debates pontuais que acontecem em disciplinas como estágio supervisionado, antropologia dentre outras disciplinas.

Ouvir as professoras foi importante para compreender melhor seus planos de ensino. Durante as entrevistas buscamos propor questões que facilitassem a compreensão de como elas entendem essas relações de Gênero, como também em qual perspectiva elas trabalham. O que percebemos é que as professoras se aproximam quando se trata de trabalhar a construção do Gênero a partir das relações sociais, entretanto, utilizam autores diferentes, mediante isso uma trabalha com uma concepção muito ampla (professora A), enquanto a professora B limita um pouco essa vastidão do sentido que a palavra Gênero remete, trabalhando fundamentalmente com o masculino e feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tudo que foi colocado até então podemos perceber que desde os estudos realizados por Bourdieu na sociedade Cabila, até os dias atuais, muitos avanços foram obtidos em relação a direitos que as mulheres conquistaram, porém ainda há muito que se avançar. Durante esse processo histórico de opressão leis foram criadas para amparar os direitos das mulheres, podemos citar a Lei Maria da Penha como um grande avanço que fora obtido durante esse processo, entretanto, esse processo de desconstrução do que está impregnado do *habitus* é tão lento, que dados estatísticos mostram que muitos homens após serem presos e enquadrados na Lei Maria da Penha, voltam a cometer o mesmo crime posteriormente.

Então o que percebemos é que atos punitivos não são tão eficazes, por que partem do principio de punir algo que já ocorreu, eles não são preventivos. Para conseguirmos ter uma melhora significativa em relação a esses preconceitos, violência, discriminação, desvalorização da mulher, devemos começar a reestruturar esse modelo androcêntrico de compreensão da sociedade a partir da base, como não podemos mudar a Família e a Igreja que são duas estruturas que atuam diretamente nessa formação, devemos atuar dentro da Escola, e através do conhecimento científico sistematizado tentar diminuir esse abismo existente quando pensamos na relação homem x mulher. Diante desses apontamentos buscamos o conceito de Gênero que optamos por trabalhar na construção desse trabalho, acreditamos que a construção do Gênero acontece mediante as relações sociais que os seres humanos estabelecem historicamente e culturalmente na sociedade que estão inseridos, portanto não acreditamos que o Gênero é algo congênito, e sim sociocultural.

Para conseguir atuar dentro dessa estrutura Escolar de forma efetiva, caberá aos professores estarem munidos de um aparato teórico-metodológico que sustente suas ideias, que fomente a necessidade de mudança que vem gritando há séculos no Brasil, e que tantos grupos e movimentos sociais já vem batalhando há tempos para conseguir estabelecer um patamar de igualdade entre seres humanos.

Durante a busca de elementos que sustentassem o nosso trabalho optamos por analisar o PPP FEFD, que apesar de trazer uma proposta inovadora no que diz respeito da Educação Física no Brasil, tirando a mesma das áreas biológicas e trazendo para a área de humanas, como também apresentando uma posição crítica de educação em relação à formação superior e escolar que tem como intuito superar esse modelo desigual da sociedade em que vivemos, apesar disso, não foram encontradas evidências no documento que demonstrem o interesse de se trabalhar essas questões pertinentes as relações de Gênero. Entendemos que o

documento avança enquanto proposta de formação profissional dos professores de Educação Física, porém negligência alguns elementos que são diretamente pertinentes à formação não só profissional, mas também humana dos sujeitos que constituem o corpo docente da instituição.

Durante análise dos planos de ensino com também das entrevistas percebemos que as professoras compartilham a ideia de construção do Gênero a partir das relações sociais, entretanto, trabalham com concepções diferentes, enquanto a professora A tem uma visão mais abrangente a professora B tem um visão um pouco mais limitada no que diz respeito a englobar pessoas, ou grupos sociais dentro desse segmento. A fala das professoras contribuiu imensuravelmente para a análise do todo, entretanto devemos salientar que ambos os planos de ensino das disciplinas são extremamente simplistas, mostrando muito pouco do que a disciplina se propõe a contemplar. Uma crítica que percebemos em vários trabalhos que usamos para fundamentar este, e que também encontramos é que existe muito pouca coisa documentada no que diz respeito ao trato das relações de Gênero seja no ensino superior, ou dentro do ambiente escolar, a maioria das intervenções relacionadas está presente no currículo oculto, ou então em intervenções pontuais por parte do professor durante as aulas.

Outro ponto que pode ser considerado como uma deficiência do Currículo é o fato de a única disciplina que trata diretamente com as relações de Gênero e que busca instrumentalizar os futuros professores para a intervenção no ambiente escolar não é componente curricular obrigatório, é uma disciplina oferecida como núcleo livre ministrada por uma professora que não é efetiva, portanto a pergunta que permanece é a seguinte: Ao fim do contrato da professora, a disciplina deixará de existir? Pois segundo as palavras da própria professora a disciplina só existe por esforço pessoal dos professores que trabalham essa temática, que nesse caso partiu da própria professora. Professora que em trechos da entrevista também fez fortes críticas ao não envolvimento das disciplinas como um todo no desenvolvimento dessa temática.

Diante das dificuldades que foram apresentadas pelos professores em realizar o trato pedagógico para trabalhar com essa temática seja dentro das escolas (encontrado no referencial teórico), como também as dificuldades que os professores tem de trabalhar essas questões no curso de formação de professores, sugerimos que durante a reformulação que deve ser feita constantemente no PPP e acreditando que ele é um documento norteador, e sempre incompleto, partindo da ideia de heterogeneidade que encontramos no tanto ambiente escolar como também no curso de formação de professores, que a partir desse trabalho os

professores venham a refletir e se possível dar a necessária atenção a essa temática tão importante e tão atual.

Veja que quando falamos que essa é uma temática importante e atual, devemos considerar projetos que tramitam na justiça para a retirada do debate de Gênero do Currículo Escolar, fato que seria um retrocesso, e jogaria no lixo anos de lutas dos movimentos feministas e outros movimentos sociais que são em prol dessa causa. Para além disso vai contra a ideia de respeito a diversidade, estabelece um estereótipo de formação de Gênero padrão que deva ser seguido (o padrão da Igreja), dentro de um Estado que deveria ser regido por um ensino laico.

Não sugerimos nesse trabalho que deva existir uma disciplina específica para se trabalhar essa temática no curso de formação de professores, acreditamos que deva existir um envolvimento de todo o corpo docente da instituição e essa temática seja trabalhada como tema transversal, instrumentalizando assim os alunos a trabalharem o tema proposto em todas as disciplinas.

Partindo da ideia que a graduação é a formação inicial, e ela deva ser continuada durante toda a vida profissional dos professores, propomos que as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação promovam cursos de capacitação para seus professores afim de fornecer elementos que subsidiem o trabalho dos mesmos com essas temáticas durante suas aulas dentro de sala de aula, e que isso não deverá ser feito apenas pelos professores de Educação Física, mas por toda a comunidade Escolar, interdisciplinarmente.

E por fim sugerimos um maior envolvimento tanto da comunidade discente como docente com essa temática a fim de erradicar essa disparidade entre homens e mulheres, buscando assim construir uma sociedade mais igualitária, onde todos tenham as mesmas oportunidades e não sejam julgados pelo que escolheram ser.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2º. ed. Rio de Janeiro: DFL, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. 181p.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1998. 436p

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Às Assembleias Legislativas, à Câmara Legislativa do Distrito Federal, às Câmaras de Vereadores, aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação e à Sociedade Brasileira, setembro de 2015. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=20721-nota-publica-sobre-ideologia-genero-01-09-pdf&category_slug=setembro-2015-pdf&Itemid=30192> acesso 01 de fevereiro de 2016.

CARVALHO, Marília Pinto de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. Educ. Pesquisa, vol. 29, nº 1, 2003

CISNE, M. Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista. In: 4º Colóquio Marx e Engels, 2005, Campinas- SP.

COLETIVO DE AUTORES, **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo; Cortez, 1992. (coleção magistério 2º grau, série professor)

_____. **Escola e democracia**. 40.ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, vol. 5).

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo. Atlas, 2008. 200 p.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cadernos pagu (22), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2004, p.201-246.

JACOB, H. D. L. S. A Questão Etnico Racial de de Gênero no Currículo na Escola. Trabalho de conclusão de curso (Especialização). Faculdade de Educação Física e Dança, Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO.2013

LIMA, F.M.; DINIS, N.F. Corpo e gênero nas práticas escolares de Educação Física. *Currículo sem Fronteiras*, Paraná, v.7, n.1, p. 243-252, jan. 2007.

MENDES, Debora: Ideologia de gênero: uma contribuição marxista para a teoria feminista. In: IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, IV, 2010, Londrina. **ANAIS...Londrina: GT 7. Feminismo e Marxismo na América Latina.**

MOREIRA, A. F. B. **Currículo e programas no Brasil.** Campinas: Papirus, 1990.

RODRIGUES, A. T. Currículo e Práticas Escolares. Licenciatura em Educação Física v.2 BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de nível Superior. Universidade Federal de Goiás. Licenciatura em Educação Física – UFG/FEF/CIAR;FUNAPE,2011.

SAFFIOTI, H. . (2001). **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Cadernos Pagu, 16, 115-136.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p.

SANTOS, Ana Paula da Silva, SILVA, Rita de Cassia de Oliveira e. Gênero e formação de professores de educação física: apontamentos a partir da interculturalidade crítica In: 6º SBECE 3º SIECE, 2015. Canoas-RS. **Anais...** Disponível em <http://www.sbece.com.br/resources/anais/3/1430090392_ARQUIVO_Trabalhofinal.pdf>. Acesso em 24 de janeiro de 2016.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações.** 3.ed. Campinas – SP: Cortez; Autores Associados, 1992. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, vol. 40).

SAVIANI, D. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009.

SILVA, Mario Moreno Rabelo. **A percepção do gênero nos cursos de Educação Física.** In: Simpósio de Gênero e Políticas Públicas, II, 2011, Londrina. **ANAIS...Londrina: GT6-Gênero e Educação**

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias de Currículo.** 3ª Edição. Editora Autêntica. 2010.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação Física: raízes européias e Brasil.** Campinas-RS, Autores Associados, 1994.

TAFFAREL, C.Z.; LACKS, S.; SANTOS JÚNIOR, C.L. Formação de professores de educação física: Estratégias e táticas. *Motrivivência*, n.26, p.89-111, 2006.

TRIVIÑOS, A.N.S, **Introdução à pesquisas em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo. Atlas, 1987.

YIN Robert k. **Estudo de Caso:** Planejamento e métodos. trad. Daniel Grassi- 2.ed.- Porto Alegre: Bookman, 2001

APÊNDICE

APÊNDICE A

ENTREVISTAS AS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA FEFD-UFG.

- 1) Qual sua formação acadêmica?
- 2) Você avalia ser importante o conteúdo de Gênero no currículo da educação Básica? Porque?
- 3) Qual a importância de estudar as relações de gênero no currículo do ensino superior? Porquê?
- 4) Qual sua concepção sobre as relações de Gênero que você aborda no seu plano de ensino e nas suas aulas?
- 5) Quais os limites e avanços que você percebe sobre as relações de Gênero na formação inicial do curso de Licenciatura da FEFD UFG?

APÊNDICE B



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Meu nome é Anderson de Souza Bueno de Oliveira, sou o pesquisador responsável e minha área de atuação é Educação Física Escolar. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Esta é uma pesquisa de conclusão de curso de Graduação em Educação Física ministrado pela Faculdade de Educação Física e Dança FEFD-UFG. Tem como **tema**: A questão gênero no currículo de formação de professores de educação física, como **objetivo geral** “Identificar, analisar e compreender quais são as concepções de Gênero na proposta Curricular e nos discursos das professoras da FEFD/UFG”. **Objetivos Específicos** “Analisar a proposta curricular da FEFD, identificar o discurso/conteúdo das professoras do curso de Licenciatura em Educação Física, como também identificar ações propositivas e curriculares que minimizem o preconceito de Gênero nas aulas de Educação Física. Serão utilizadas entrevistas e toda esta etapa de coleta de dados, que envolve sua participação, será realizada a minimizar a ocorrência de quaisquer riscos, pois os dados obtidos serão mantidos em absoluto sigilo, utilizando somente os resultados para fins dessa pesquisa e serão divulgados em revistas, trabalhos acadêmicos e eventos científicos. A sua participação não implicará em nenhum gasto adicional e a senhora também não receberá nenhum pagamento ou gratificação por sua participação. A/O senhora poderá solicitar esclarecimento sobre a pesquisa quando sentir necessidade. A sua participação NÃO É OBRIGATORIA e a senhor a terá total liberdade de, a qualquer momento, desistir da coleta de dados, sem que isto lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo. Certo de contarmos com a colaboração, agradecemos antecipadamente a atenção dispensada e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Email: Anderson_bueno@brturbo.com.br Fone: (062) 8185-8538

Assinatura do Pesquisador: _____

ANEXOS

ANEXO A

ENTREVISTA PROFESSORA A

1-Qual a sua formação acadêmica?

Eu sou formada em licenciatura em Educação Física pela Unesp de Rio Claro, e era naquele momento em que licenciatura era ampliada, ainda podia atuar nos dois campos, em vários campos ‘né”, não só em dois, mais em vários, ai eu fiz o meu mestrado com uma socióloga que foi lá na unesp também, é, na área de motricidade humana, o doutorado eu fiz na faculdade de enfermagem da USP com um pedagoga, Sônia, ai foi no doutorado que eu me envolvi mais nessas discussões de gênero e sexualidade porque a minha orientadora ela é, especialista no Brasil sobre essas discussões de DST, AIDS, sexualidade, essas discussões de gênero, na época ela foi uma das pessoas que compôs, que compôs, é, o quadro de docentes para a formulação das propostas curriculares do MEC e tal, ela fazia parte do ministério da saúde, bom isso é com relação a formação, porque que eu, é , porque que essas discussões estão comigo quando eu ministro essa determinada disciplina, né, que não necessariamente estaria dentro dela.

2-Você avalia ser importante o conteúdo de gênero no currículo da educação básica, porque?

Acho que sim, por que que eu falo acho né, não falo com certeza, por que eu acho que essa discussão é interessante, acho que a melhor proposta dos PCN’s, dos parâmetros curriculares nacionais quando trás essa discussão de gênero de sexualidade, não a forma conteúdo como essa discussão vem mas, a proposta de temas transversais, isso eu acho bem interessante, então, é, sim, eu acho que como tema transversal deveria sim estar dentro dessa discussão na escola, com uma linguagem um pouco mais científica, e ai quando eu falo mais científica não no sentido de biologicista, porque isso já está bem carregado dentro do currículo, principalmente pela biologia e também da Educação física, mas, uma discussão que entrasse outras dimensões que não só essas, como entender como que esses jovens essas pessoas que estão na escola pensam, é , quais são as necessidades as demandas os desejos, as vontades , enfim, o que conhece o que querem conhecer, o porque, é nesse sentido assim, quais são os saberes que essas pessoas vem sobre essas discussões, como que a gente pode

não demonizar ou introduzir o medo, ou sempre essa discussão de prevenção né, mas como que essas discussões de um apoderamento sobre esses conhecimentos podem estar inseridos nessa discussão científica, né, mais laica, com menos preconceito, então é nesse sentido assim.

3-Qual é a importância de estudar as relações de gênero no currículo do ensino superior? Por que?

Qual a importância de estudar? Eu vou falar um pouco, é, sobre isso pelo que eu venho lendo, eu tô fazendo um levantamento da produção científica do campo da educação física sobre a discussão específica de sexualidade, e entra, todos os trabalhos né, que houve esse levantamento, tava inserido a discussão de gênero, enfim, é, pelas questões de preconceito de discriminação que estão assim, não só na escola né, que estão em todos, em todas as instituições em todos os locais, de uma forma geral na sociedade, e a escola é um espaço de discussão, de diálogo, de debate de problematização, então, pelo espaço que a escola, que é de, de identidade dela, eu acho que é um local de, próprio pra isso, interessante de ter essa discussão, ao mesmo tempo eu tenho um, um certo receio, porque a escola ela também pode ser um espaço de reforço de maior reprodução então quando o professor ou a professora, eles legitimam determinado conhecimento sobre uma determinada coisa, por exemplo “a eu sou especialista em gênero” por exemplo, e ai eu tenho a legitimidade dessa intervenção, então a forma como eu vou intervir sobre aquela situação, ela pode trazer elementos de reforço, de estigmatizar mais, de, enfim de aumentar o problema, né, então, quando eu falo assim “ A tem que ser dentro de uma linguagem científica, mais não só dentro de uma linguagem científica biologicista, é...é que essas discussões elas tem que vir de diferentes formas, mas com acúmulo acadêmico de discussão pra isso, por que se não fica sempre o meu achismo, e a minha, aquilo que eu carrego do meu processo de socialização, familiar, religiosa, né, e ai sempre é uma visão muito é...na grande maioria das vezes limitada sobre a forma como eu vejo aquilo, né, então as vezes é a minha realidade, a minha crença que está intervindo naquela situação, naquilo que tá acontecendo. Isso é muito é...forte quando a gente pensa na educação infantil, né, porque quando a gente faz um levantamento, é...das diretrizes, dos parâmetros, dos documentos que oficializam essa discussão, é... é como se a sexualidade por exemplo, as discussões de gênero, não estivessem dentro desse período da vida, e ai os documentos sempre abordam assim, a partir do ensino fundamental 3º e 4º ciclo, então assim, como se a sexualidade ela começasse e a discussão de gênero, ela entrasse

na escola a partir de um determinado período, e antes ela não existia. Então assim quais são esses elementos e por que a gente vem reforçando determinados discursos, então ao mesmo tempo que eu acredito que essa discussão é muito importante dentro da escola, a forma como ela vem acontecendo historicamente, ela também é uma forma um pouco problemática, por que a gente vem reproduzindo e reforçando e legitimando determinados discursos, que reforçam ainda mais os preconceitos, a discriminação, o sexismo dentro da escola, então, talvez por isso eu acredite que muito mais que uma disciplina isolada, dentro do currículo escolar, mas dentro da formação do ensino superior, das licenciaturas essa discussão ela tem que ser mais potente é...com relação as diferentes linguagens e os discursos que constituem o saber sobre esse conhecimento, então não só dentro de um olhar médico, nem psicológico, nem da psiquiatria, nem pedagógico, mas de todos esses olhares e saberes, que constituem esses temas e essas situações que são muito dinâmicas né, então é muito difícil assim, “a mais em qual situação você vai intervir?” é impossível a gente trazer esse dado ou dar dicas sobre isso, mas como que a gente pode é...se empoderar sobre esse determinado assunto e fazer com que é, existam, uma maior, um maior respeito, pelo outro ser humano, pela outra pessoa, independente de crença religiosa, de orientação sexual, de classe, de cor de etnia, de idade, como que essas questões podem ser tratadas de uma forma é... com mais respeito, com mais tolerância, acho que é isso.

4-Qual sua concepção sobre as relações de gênero que você aborda no seu plano de ensino e nas suas aulas?

As concepções de gênero? É...pra gente pensar gênero existem algumas vertentes teóricas, eu tento, é, mostrar um pouco como se constituiu é... o feminismo essa discussão, como o feminismo e determinadas classes sociais operaram com determinados saberes e discursos para constituir algumas vertentes teóricas e alguns estudos, né, que seriam os estudos feministas, mas existem as feministas marxistas, as feministas pós-estruturalistas, e como que esses estudos chegaram a uma vertente, uma perspectiva Queer né, então eu tento trabalhar, dentro de uma perspectiva as vezes histórica, as vezes sociológica as vezes antropológica, como que esses conhecimentos se deram nesses campos com diversos saberes, quem foi constituindo e legitimando esses saberes, e por fim eu termino na teoria Queer, né, pra fazer um apanhado, então de uma forma muito sucinta eu tento apresentar algumas vertentes teóricas e como que elas se constituíram quais os saberes e as pessoas que legitimaram esses conhecimentos.

5- Quais os limites e avanços que você percebe sobre as relações de gênero na formação inicial do curso de Licenciatura em Educação Física da FEFD UFG?

Os limites? Eu acho que o maior limite nesse momento é que a, essa discussão ela vem de uma forma sempre muito pontual, em um núcleo livre, ou algum professor que venha estudando determinada temática e insere isso em sua disciplina, pode ser de psicologia, de antropologia, de fundamentos filosóficos, né, é... e alguns professores que se dispõem a dar isso como um núcleo livre, por exemplo eu também já dei um núcleo livre sobre essa disciplina, nesse momento a Valéria, então talvez, o limite é que essa discussão ela não seja oficial, ao mesmo tempo ela não é oficial em nenhum currículo, né, então, é... por outro lado ao mesmo tempo né, as pessoas também se mobilizam pela demanda que essa discussão cria é... em sala de aula, no estágio, né, essa discussão ela é muito forte, ela aparece muito, então essa é uma possibilidade, ou seja, essa discussão ela vem se mostrando na dinâmica, durante a nossa prática pedagógica, então...eu acho que, eu acho que é isso.

ANEXO B

ENTREVISTA PROFESSORA B

1-Qual a sua formação acadêmica?

Qual que é minha formação? Eu sou graduada em licenciatura em Educação Física aqui pela FEF, pela UFG, tenho especialização em políticas públicas, pela UFG também, é aqui na faculdade de ciências sociais, o meu mestrado em antropologia aqui na faculdade de ciências sociais também da UFG... e estou fazendo o doutorado, que estou esquecendo de falar, eu fui aprovada no doutorado em Educação Física na Unb comecei agora em agosto no semestre passado.

2-Você avalia ser importante o conteúdo de gênero no currículo da educação básica, porque?

Demais né, eu acho assim, de suma importância tanto é que a proposta da disciplina de núcleo livre foi pensando nisso, por que eu dei aula em escola, quando eu formei eu fiquei uns 3 anos dando aula em escola e eu sei o quanto é complicado essas questões dentro da escola assim, que ocorrem com as crianças, e do grupo, os professores, tanto a coordenação o grupo de gestores, não conseguem lidar com essa temática, e aí a minha proposta de núcleo livre foi exatamente isso pra abarcar os cursos de licenciatura de modo geral aqui da UFG, pra auxiliar esses professores a lidar com essa temática, essas problemáticas, dentro da, dentro da instituição, dentro das escolas, né, e a minha proposta foi exatamente isso, por que eu percebia a necessidade assim, alguns preconceitos, alguma dificuldade dentro da própria aula de Educação Física, de alguns alunos, e...de preconceito, enfim de preconceito das próprias professoras pedagogas da escola da coordenação, ocorreu alguns fatos na escola em que eu trabalhava e que pesou muito isso, e por que tá aí né, as coisas estão aí, as pessoas são diferentes, as pessoas tem, as crianças, elas são educadas de uma maneira e elas tem que saber que o respeito é acima de tudo, respeito as diferenças, nem sempre é passado isso pra elas, então eu acho que é isso, as pessoas tão aí e as pessoas são diferentes e as crianças tem que saber que existe o diferente, que não existe só aquilo que ela tá acostumada a ver e escutar e que é a verdade delas, do pai da igreja da escola, é por aí.

3-Qual é a importância de estudar as relações de gênero no currículo do ensino superior? Por que?

É um pouquinho disso que eu falei, apesar da Universidade não se propor a trabalhar isso, isso vem de uma proposta pessoal dos professores assim, por mais que a Universidade e a faculdade de Educação Física esteja preocupada em lidar com essas questões das diferenças enfim, não tem uma disciplina curricular que trabalhe isso, se você pegar o futebol o professor de futebol, eu como graduação aqui na FEF, graduada aqui na FEF posso te dizer isso como aluna também, o professor que deu futebol não se propõe a trabalhar essas questões, o professor que da dança não se propõe é... enfim, todas as disciplinas não tem uma relação, as pessoas não aprendem, não conhecem o que é gênero, não conhecem as diferenças, como é que eu vou trabalhar aquilo que eu não conheço? Né!? Então eu conheci essas questões de gênero a partir da professora Ana Márcia, juntamente com a Alline também, que foi no projeto de pesquisa que eu comecei a estudar isso em 2009 que eu era bolsista Pibic da Ana Marcia, e ai eu levei isso pra minha monografia da graduação, especialização, mestrado e tô levando pro doutorado também. Então é mais uma questão de interesse do professor, né. E a importância que eu vejo é isso, é que as pessoas estão se formando e não tão sabendo lidar com isso, e a gente vê isso aqui na própria FEF entre os alunos, entre os estudantes o tempo inteiro, essas questões tão martelando, tão gritando pedindo socorro, pedindo ajuda, né? E não tem uma proposta de uma disciplina que trabalhe isso, tem, a Aline já trabalhou um núcleo livre parecido com esse se eu não me engano, ela da uma disciplina lá no mestrado também, mas parte dela, parte de mim entendeu, não tem algo, não tem uma política, não tem uma demanda curricular que fale “ó vamos trabalhar isso dentro da proposta, não tem”, e a importância que eu vejo é isso, de preparar o professor pra lidar com isso nas escolas, por que as pessoas, a minha monografia foi de... de graduação foi para compreender pra entender se os professores de Educação Física sabiam lidar com essas questões de gênero dentro da escola, eu entrevistei 32 professores, 32! 85% deles não sabiam o que era gênero, não sabia, falava “ó não sei trabalhar isso”, e ai acontece um preconceito acontece alguma coisa, fica velado, por que eu não consigo trabalhar com isso. E ai tem uma lacuna nos cursos de formação.

4- Qual sua concepção sobre as relações de gênero que você aborda no seu plano de ensino e nas suas aulas?

Qual a concepção? Bom eu trabalho gênero através de algumas leituras que abordam as questões de gênero como uma construção social, né? Que é inerente ao ser humano que tá ali, que é igual eu falo né, igual eu falo as vezes na sala de aula “ você não nasceu de calça, você não nasceu de, enfim, as mulheres não nasceram de saia, colocaram uma saia na gente e

disseram que a gente tem que usar aquilo” então é mais no sentido de desconstruir, de tentar desnaturalizar isso, como as pessoas dizem homem nasceu pra ser homem, mulher nasceu pra ser mulher, enfim, o homem nasceu pra mulher e a mulher nasceu pro homem, nessa tentativa de tentar mostrar de que é uma construção social sim, e que dentro dessas relações de gênero, e das desigualdades de gênero, porque tem uma diferença que as pessoas acham que a se ele disser que o homem e a mulher é diferente você tá dizendo que você tá sendo preconceituoso? Não! Uma coisa é diferença outra coisa é desigualdade, desigualdade é quando eu atribuo valores inferiores a um sujeito, agora se eu disser “a eu sou mulher, e sou até diferente de outra mulher” mais há diferença entre homem e mulher também, essas relações de gênero há uma diferença, o problema não tá na diferença, o problema tá na desigualdade, na forma como você é tratada, e a maneira como eu venho trabalhando as questões de gênero e sexualidade na minha disciplina é isso, tentar construir e fazer com que os alunos compreendam, pra além daquilo que foi dado a vida inteira deles, na cabeça martelando, enfim, que são construções sociais, afim de que eles compreendam que não é natural, não é dado, não é obrigatório, que não é anormal que não é doença, é nesse sentido mais de valorizar a diferença, de valorizar a diferença e de acabar com a desigualdade, tentar acabar com a desigualdade, mas é...uma concepção, eu gosto muito e trabalho com a Judith Butler, só que é...é quase que meio que utópico o conceito que ela trabalha nos dias de hoje, eu gosto de trabalhar com o que eu tenho no dia de hoje, me diz que que é gênero, né? Não é o que seria ideal para ser gênero, tudo bem pode até ser ideal mas e hoje? O que que as pessoas estão trabalhando, vamos trabalhar o que a gente tem a partir de hoje, não através de uma ideologia de uma perfeição que eu quero alcançar.

Ai tem uma autora que eu uso muito que é a... esqueci o nome dela agora... que eu usei o conceito dela de identidade de gênero que ela é muito boa, eu vou lembrar e depois te falo, eu trabalhei com ela minha dissertação inteira, ela trás esses conceitos bem, de uma maneira bem redondinha mesmo, depois posso até te passar o nome, mais a minha tentativa o meu trabalho é esse, de tentar desconstruir e desnaturalizar o que é gênero o que é sexualidade, por ai.

5- Quais os limites e avanços que você percebe sobre as relações de gênero na formação inicial do curso de Licenciatura em Educação Física da FEFD UFG?

Então, limites são vários assim né, primeiro você ve a quantidade de inscritos que tem na minha disciplina, atualmente são 12, eu coloquei 30 ou 40 vagas, se bem que não foi divulgado no Sigaa igual foi no ano passado que deu mais gente, mais são pessoas assim, eu

vejo as questões de limite é que é uma temática muito forte e as pessoas tem medo de estudar e ser vinculado a elas, assim, tem muita gente que é preconceituosa, dizendo “a vou estudar gênero, vou estudar sexualidade quer dizer que eu sou gay”, não! Não tem nada haver, tem muita gente que tem, a gente que estuda isso sabe que não tem nada haver, mas as pessoas geralmente tem uma limitação, um receio de poder estudar isso, de procurar, e... Não tem, ou tem poucos professores que abordam isso em sala de aula assim, muito pouco mesmo, os meninos chegam na escola ai é o problema do estágio, chegam na escola no estágio achando que a gente tem que dar conta de tudo no estágio, e ai teve 4 anos pra poder trabalhar algumas questões que são primordiais para se pensar em escola, principalmente na Educação Física que tem muito essa separação de meninos e meninas, né, que os próprios professores separam na escola, quanto a limite eu vejo isso assim, que são poucas pessoas que se propõem, que tem essa sensibilidade que se propõe a estudar isso que quer que pensam em estudar isso, e avanços, avanço eu consigo ver na minha disciplina de gênero algumas, alguns embates também na aula de Estágio, na aula de história também, no do bacharel que eu achei muito bacana, que tinha um menino que era super resistente quando a gente começava falar das relações, sobre corpo, sobre naturalização das coisas, sobre o biológico, ele era super resistente a essa coisa de homossexual, e dizia que “que não, que não era certo”, e eu não dizia para ele que era errado também, eu ia colocando ele pra pensar, e no final das contas eu deixei em aberto um artigo para eles escolherem qualquer temática dentro da historia da educação física, podia ser sobre corpo, sobre esporte, sobre qualquer coisa, e ele resolveu escrever sobre gênero. Ai eu fiquei muito feliz, falei caramba, uma sementinha naquele sujeito, e ele tá ali pensando nessas questões. E na disciplina do núcleo livre eu vejo também quanto os alunos vão avançando, quando chegam com uma certa resistência, de falar não professora não é normal um menino que tem pênis, que se veste de menina, e gosta de menina? Como é que é? Então ele não é gay? Né, se a gente for pensar assim, o menino nasce com pênis, gosta de usar saia, mais ele gosta de meninas, mais como assim professora? É esquisito! Sabe o que que é esquisito? O que que é normal, né?! Então o que eu vejo de avanço é isso, assim, muita gente tá se abrindo pra isso, muito mais do que antigamente, eu acho, é... mas também ainda tem esse afastamento, esse medo da temática, e eu acho que é isso, eu acho que a universidade tinha que dar um, que a faculdade de educação física tinha que dar um, um olhar mais atento pra isso, principalmente pensando em currículo, porque os professores que estão sendo formados em outras disciplinas eles não tem, digamos assim, leitura para trabalhar essas questões. Então se eles não conseguem fazer isso de forma

interdisciplinar, que tivesse uma disciplina obrigatória então, pra que a gente pudesse ver avanço assim na educação básica, e acho que é isso.

ANEXO C

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, RG/ CPF/ n.º de prontuário/ n.º de matrícula _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento, se for o caso).

Local e data: _____

Nome e Assinatura do sujeito: _____

Comitê de Ética em Pesquisa/CEP

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação/PRPPG-UFG, Caixa Postal: 131, Prédio da Reitoria, Piso 1, Campus Samambaia (Campus II) - CEP:74001-970, Goiânia – Goiás, Fone: (55-62) 3521-1215.

E-mail: cep.prppg.ufg@gmail.com

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS MONOGRAFIAS ELETRÔNICAS REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DE MONOGRAFIAS DA UFG – RIUFG

1. Identificação do material bibliográfico monografia:

Graduação Especialização

2. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso

| | |
|--|--|
| Autor (a): | Anderson de Souza Bueno de Oliveira |
| E-mail: | Anderson_bueno@brturbo.com.br |
| Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? | <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não |
| Título: | A questão gênero no currículo de formação de professores de educação física |
| Palavras-chave: | Educação Física; Gênero; Currículo e Formação de Professores. |
| Título em outra língua: | The question gender in the curriculum of training of physical education teachers |
| Palavras-chave em outra língua: | Physical Education; Gender; Curriculum and Teacher Education. |
| Data defesa: (15/02/2016) | |
| Graduação/Curso Especialização: | Licenciatura em Educação Física |
| Orientador (a)*: | Hemanuelle Di Lara Siqueira Jacob |

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O referido autor:

a) Declara que o documento em questão é seu trabalho original, e que detém prerrogativa de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento em questão contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal de Goiás os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento em questão.

Termo de autorização

Na qualidade de titular dos direitos do autor do conteúdo supracitado, autorizo a Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás a disponibilizar a obra, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional de Monografias da UFG (RIUFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data, sob as seguintes condições:

Permitir uso comercial de sua obra? (X) Sim () Não

Permitir modificações em sua obra?

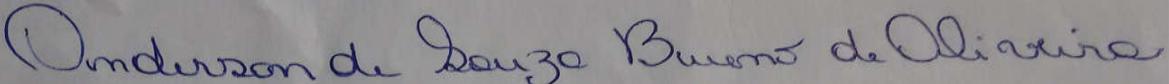
() Sim

() Sim, contando que outros compartilhem pela mesma licença .

(X) Não

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Local e Data: Goiânia 03 de Março de 2016



Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais